

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

V. 2 - N. 2
Abril 2006

ISSN 1809 - 2632



ABIN - 2006
Brasília / DF

AVE-SÍMBOLO



Por quê o GAVIÃO CARCARÁ é a ave-símbolo da Abin?

O GAVIÃO CARCARÁ é a ave brasileira conhecida por seu destemor, agudeza de visão, longo raio de ação e controle do território onde habita. É ativa e forte, assim como a Abin.

Por isso, foi escolhida para simbolizar a Agência Brasileira de Inteligência, órgão do Estado brasileiro que tem como características a ampla capacidade de visão, o domínio completo de suas áreas de competência, a lealdade aos princípios constitucionais e a intransigência na defesa da Lei, do Estado Democrático de Direito e dos altos interesses da Nação brasileira.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

ISSN 1809-2632

R. Bras. Intelig.	Brasília, DF	v. 2	n. 2	p. 1-138	abr. 2006
-------------------	--------------	------	------	----------	-----------

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ministro Jorge Armando Felix

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Diretor-Geral Márcio Paulo Buzanelli

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Secretário Wilson Roberto Trezza

Coordenação

Coordenação-Geral de Biblioteca e Memorial de Inteligência – CGBMI/SEPC/Abin

Responsabilidade Técnica

Comissão Editorial da Revista – Abin

Jornalista Responsável

Gecy Tenório de Trancoso – DRT DF 10251/92

Catálogo Bibliográfico internacional, normalização e editoração

Coordenação-Geral de Biblioteca e Memorial de Inteligência – CGBMI/SEPC/Abin

Capa e Editoração Gráfica

Núcleo de Criação da Acom/SEPC/Abin e Gráfica – Abin

Revisão

Divisão de Revisão – DIRE/SEPC/Abin

Disponível em:

<http://www.abin.gov.br>

Distribuição

revista@abin.gov.br

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares.

Impressão

Gráfica – Abin

SPO Área 5 - Quadra 01- Bloco U - Brasília - DF CEP: 70.610-905

Os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Abin.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Brasileira de Inteligência / Agência Brasileira de Inteligência. – Vol. 2, n. 2 (abr. 2006) - . – Brasília : Agência Brasileira de Inteligência, 2006-

Quadrimestral

ISSN 1809-2632

1. Atividade de Inteligência – Periódicos I. Agência Brasileira de Inteligência.

CDU: 355.40(81)(051)

SUMÁRIO



Editorial

O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos João Manoel Rorato Beatrice Laura Carnielli	9
A mãe das Inteligências Luis Carlos Guedes	21
Necessidade de Inteligência do Estado brasileiro Cláudia Assaf Bastos Rebello	37
Fontes abertas e Inteligência de Estado Leonardo Singer Afonso	49
Fontes abertas: Inteligência e o uso de imagens Jó Klanovicz	63
Inteligência de segurança pública e análise criminal Alexandre Lima Ferro	77
O desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de Inteligência: um estudo comparativo entre Brasil, Reino Unido e Estados Unidos da América Guilherme Augusto de Camargo Rosito	93
Pedido de busca: qual o melhor termo para solicitação de dados ou conhecimentos? Nilson Fernandes da Cruz	105

 **Mosaico da Abin**

Programa conhecendo a Abin 109

 **Resumo**

Terrorismo: ação, reação e prevenção

José Manuel de Aguiar Barros

por Iracema Rocha da Costa e Silva 113

 **Caso Histórico**

O camareiro espião 117

 **Carta do leitor 127**

 **Normas editoriais da Revista Brasileira de Inteligência .. 131**

O planejamento institucional da Abin e a visão organizacional de futuro

Luiz Alberto Santos Sallaberry
Abin

A Abin é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e responsável pelo planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle da atividade de Inteligência no País, obedecidas a política setorial e as diretrizes traçadas pela Presidência da República e pela sua Direção-Geral. Assim, deve estar permanentemente apta a oferecer contribuição, com vistas ao estabelecimento de novas visões estratégicas nacionais, que venham a ser respaldadas pelo conjunto da sociedade brasileira.

Trata-se de desafio de grande magnitude, principalmente em decorrência da relevância do papel que lhe foi cometido no âmbito da alta Administração Pública Federal, como subsidiária direta do processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo, bem como da natureza e especificidade das atividades que desenvolve em benefício daquele processo. Dessa forma, é imperativo para a Abin a elaboração de um amplo e, simultaneamente, minucioso planejamento de atividades, quer as de caráter sistemático, quer as eventuais ou de curta duração.

Nesse contexto foi estabelecido e institucionalizado, recentemente, o Planejamento Institucional da Abin, instrumento que se pretende seja o balizador para todas as ações do órgão, visando a

sua completa institucionalização e legitimação perante o governo e a sociedade, até o ano de 2022. Esse marco temporal, fixado com vistas à consecução desses objetivos estratégicos, foi estabelecido pela Direção-Geral da Abin por sua representatividade para a vida nacional (duzentos anos de maioria política do País e de independência nacional). A Abin encontra-se, hoje, exatamente na metade do percurso, iniciado em 1990, quando da revisão do modelo da estrutura de informações no Brasil e do início do processo que culminou com a criação da Agência em 1999.

Parte fundamental do Planejamento Institucional é o estabelecimento do Conceito Estratégico Institucional da Abin como a visão de futuro do órgão. Esse Conceito modela os contornos da Agência e define o modelo institucional pretendido para a Abin, a ser consolidado no marco temporal estabelecido. Os contornos consideram, fundamentalmente, a melhoria constante das relações da Abin com seus servidores e com a sociedade; a busca da excelência em seus trabalhos para ampliar o reconhecimento do órgão junto ao alto escalão dos Poderes integrantes do processo decisório nacional, às instituições públicas governamentais e às organizações integrantes do Sisbin; e a adequação permanente dos instrumentos necessários à sua atuação como órgão de Inteligência de Estado, em particular em relação aos mandatos legais, ao provimento de recursos orçamentários e de pessoal, à existência de instalações e infra-estrutura de qualidade e à consolidação de seu centro de treinamento continuado de servidores como referência nacional e internacional em capacitação em Inteligência.

Assim, pretende-se que o Planejamento Institucional da Abin, a partir da sua implementação, consolidação e incorporação à cultura organizacional, transforme-se em ferramenta efetiva para que a Agência construa seu presente e futuro, bem como o dos seus servidores, alicerçada em pilares sólidos. Isso significa que possua foco definido, esteja consolidada como instrumento efetivo e imprescindível ao Estado e com credibilidade e respeitabilidade

para exercer a atividade de Inteligência de Estado como órgão central do Sisbin. Ademais, a Abin estará resguardada, como deve acontecer com uma instituição de Estado, de constantes alterações de rumo, em face da alternância de governos ou das sucessivas administrações do órgão.

Esse modelo institucional pretendido, embora deva estar completamente consolidado no marco temporal fixado, terá a sua construção e avanço conduzidos de forma firme, ágil e consistente a cada ano, de maneira planejada e sempre em estrito alinhamento com o preconizado no seu Planejamento Institucional.

Luiz Alberto Santos Sallaberry
Assessor de Planejamento da Abin

O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos

**João Manoel Roratto, Abin
Dra. Beatrice Laura Carnielli, UCB/DF**

Introdução

No Brasil, a atividade de inteligência, entendida como uma atividade vinculada diretamente ao Estado e de assessoramento ao Poder Executivo, começou efetivamente em 1946, após a 2ª Guerra Mundial e nos primórdios da Guerra Fria, através do Decreto-lei nº 9.775-A (BRASIL, 1946), de caráter reservado, que criou o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (Sfici).

Antes do Sfici, excluindo a inteligência de interesse militar que fazia parte do Estado Maior dos ministérios militares e que seguia o modelo estrutural militar francês, a atividade realizada sob sigilo dentro do território nacional de interesse do Estado brasileiro era desenvolvida pelos órgãos policiais, que dispunham, na sua estrutura, de um organismo específico que cuidava da segurança interna – a polícia política, encarregada da defesa ou preservação do regime político vigente.

Os organismos vinculados à polícia política tinham como competência, segundo o Decreto nº 14.079 (BRASIL, 1920), velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins de expulsão de estrangeiros perigosos.

Essas funções, com referências explícitas à liberdade de trabalho, aos anarquistas e expulsão de estrangeiros perigosos, relacionavam-se, segundo Vianna (1978), com o início do movimento de reivindicação de direitos trabalhistas, movimento liderado pelos imigrantes italianos e espanhóis, boa parte dos quais se alinhavam ao movimento anarquista.

O pensar sobre o serviço se inteligência

No início da década de 40, auge da 2ª Guerra Mundial, a estrutura da polícia política passou a ser considerada inadequada para a conjuntura de um mundo conflagrado. Ao levar em consideração essa realidade,

em 1941, numa mensagem secreta, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, atento ao desenrolar da 2ª Guerra Mundial, afirmava ao Ministro da Justiça a necessidade de ser criado um serviço secreto de informações que teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública e que seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contra-espionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior. (LEITÃO; SILVA, 1998, p. 78).

Esse sentimento do Ministro da Guerra expresso na Mensagem Secreta 98/59, de 27 de outubro de 1941, passou a fazer parte da Exposição de Motivos que acompanhava o anteprojeto do Decreto-lei encaminhado ao Presidente da República pelo Departamento Autárquico do Serviço Público (DASP) e que propunha a reforma do sistema policial no Brasil¹.

¹ Documento sobre o processo de criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Fundo DGIE, Setor Administração, Pasta 1 – cont., Dossiê DPS, p. 3, 1943.

As discussões sobre a criação sobre o serviço de inteligência

O DASP, como órgão encarregado de articular a legislação federal, iniciou consultas para dar forma ao proposto pelo Ministro da Guerra na Mensagem Secreta. Na ocasião, o Ministro da Justiça manifestou-se favoravelmente à medida proposta, sugerindo, todavia, que as atividades a que se refere à citada mensagem fossem atribuídas a um serviço, a ser criado em um dos ministérios, semelhante ao Federal Bureau of Investigation (FBI), pois o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (EUA) exercia atribuições que também diziam respeito à segurança interna do país.

Pronunciou-se também a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), que julgou razoáveis os motivos apresentados pelo Ministro da Justiça quanto à criação de um Serviço Secreto de Informações.

No entanto, contrapôs o DASP na Exposição de Motivos Reservada nº 900, de 21 de maio de 1942, que esse “as funções propostas na mensagem do Sr. Ministro da Guerra deveriam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal cuja reforma, com o alargamento de sua jurisdição, já se impunha e constituía objeto de estudo do DASP”.

Não satisfeito com a posição do DASP, o Ministro da Justiça, devido à proximidade com o Presidente da República, tentou viabilizar a criação de serviço de inteligência independente da polícia com base nos seus pareceres e nos da SG/CSN, mas não obteve sucesso. A oposição do DASP, ao reexaminar o assunto, ficou evidenciada na Exposição de Motivos Reservada nº 2.888, de 17 de outubro de 1942, quando se manifestou contrariamente à criação do Serviço Federal de Informações, ao reforçar seu anterior ponto de vista de que essas atividades deveriam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal.

Na mesma Exposição de Motivos, o DASP solicitou autorização do Presidente da República para, em entendimento com as autoridades competentes, proceder à revisão da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, com o objetivo de atribuir a esse órgão jurisdição nacional para as atividades de natureza política, conservando-lhe o âmbito local para as funções de Polícia Civil.

A reforma da polícia e a vinculação a ela do serviço de inteligência

As atividades deveriam ser exercidas pela Polícia Civil do Distrito Federal no Projeto de Decreto-lei que propunha sua reformulação, foram divididas em dois grandes grupos: o primeiro previa o desenvolvimento de atividades de caráter meramente local, isto é, aquelas que variavam em função de características próprias das diferentes coletividades regionais – costumes, condições econômicas, cultura entre outras, e que, como tal, exigiam em cada caso, tratamento policial adequado; e atividades de caráter nacional, cujo exercício deveria ser uniforme em todo o território federal porque envolveria a segurança do Estado e a defesa do regime.

Para atender às funções de busca de informações e contra-espionagem tratadas na Mensagem Secreta nº 98/59, do Ministro da Guerra, o Projeto de Decreto-lei criava um Serviço Especializado de Investigações, órgão cujo âmbito de ação se estenderia a todo o território nacional e, quando necessário, ao estrangeiro.

O Serviço Especializado de Investigações (SEI) teria a função de proceder em todo o território nacional ou no estrangeiro as investigações de caráter confidencial ou secreto, informando ao chefe de Polícia todas as ocorrências de interesse para a segurança do Estado e defesa das instituições. No projeto, esse serviço teria incluindo também entre as suas funções as que, no Distrito Federal, foram atribuídas ao Serviço de Investigações e Pesquisas

(Serviço Secreto), que fora criado por portaria do chefe de Polícia e vinculado à Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps). O Desps por sua vez seria transformado na Divisão de Polícia Política e Social (DPS) com a criação em cada estado de uma delegacia de polícia política e social.

A inclusão de parte da polícia política entre os órgãos locais justificava-se, segundo o DASP, porque as funções consideradas – vigilância ao operariado, fiscalização das associações de classe, repressão ao porte de armas, etc. – dependeriam sempre das diferentes coletividades regionais, e só o órgão local, afeito às condições peculiares às populações das respectivas áreas estaria capacitado a conhecer de perto as tendências políticas dominantes e, por conseqüência, prevenir ou reprimir qualquer ameaça de perturbação da ordem social dentro da sua jurisdição.

Baseado nos critérios acima, o DASP previu que a Divisão de Polícia Política e Social teria na capital da república os encargos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, excetuados os relativos ao Serviço de Investigações e Pesquisa e que foram no aludido projeto atribuídas ao Serviço Especializado de Investigações (SEI), conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Situação existente	Atividades	Situação proposta
Delegacia Especial de Segurança Política e Social	<ul style="list-style-type: none"> - Controle das atividades que visem perturbar a ordem social; - velar pela estabilidade das instituições; - controle do comércio de explosivos, armas e munições; e - repressão ao porte de armas proibidas. 	Divisão de Polícia Política e Social
	Serviço secreto	Serviço Especializado de Investigações
Diretoria Geral de Investigações	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização de embarque e desembarque de passageiros que se destinam ao interior do país; e - fiscalização de hotéis e casas de habilitação coletiva. 	Divisão de Polícia Política e Social
3ª Delegacia Auxiliar	<ul style="list-style-type: none"> - Repressão aos crimes contra a economia popular; e - repressão aos penhores clandestinos e à usura. 	Divisão de Polícia Política e Social (Seção de Segurança Social)

A aprovação do projeto de Decreto-lei e a importância política do novo órgão

Na minuta elaborada pelo DASP do Decreto-lei que transformava a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), aparecia na estruturação do novo órgão, encabeçando o artigo 3º, aquele que seria encarregado das atividades de inteligência no país – o Serviço Especializado de Investigações, deixando transparecer que este serviço teria um status superior aos demais e desvinculando o serviço secreto da Divisão de Polícia Política e Social.

Dizia o artigo 3º que o DFSP compunha-se, entre outros, do Serviço Especializado de Investigações (SEI), e da Divisão de Polícia Política e Social.

Porém a legislação aprovada – Decreto-lei nº 6.378 (BRASIL, 1944), apresentou outra redação. Excluiu do texto o Serviço Especializado de Investigações, ou seja, o serviço de inteligência, e deixou para a DPS o controle político e social. Devido à sua importância na estrutura policial e de Estado, a Divisão de Polícia Política e Social foi a primeira a ser citada no artigo 3º, na relação dos órgãos que passaram a compor a estrutura do DFSP.

De acordo com o artigo 4º do Decreto-lei, a nova Divisão de Polícia Política e Social tinha sob sua subordinação a Delegacia de Segurança Política e a Delegacia de Segurança Social. Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (1997) “essas delegacias dariam continuidade à política de especialização dos serviços referentes à segurança pública e seguiriam orientando o controle político e social, após a queda de Vargas em 1945”.

A importância da polícia política no final do governo Vargas pode ser entendida no relato de Skidmore (1982) sobre a não intenção de Vargas em deixar o governo, pois pensava em adotar uma solução semelhante à encontrada por Perón na Argentina,

quando, após ter sido deposto, retornou de forma triunfal ao poder oito dias depois, a 17 de outubro de 1945. Nas suas articulações,

Vargas comunicou a João Alberto Lins de Barros, chefe de polícia do Distrito Federal, que ele seria substituído por Benjamin Vargas, seu irmão e figura medíocre, conhecido pelas suas ligações com o lado mais sombrio dos negócios públicos fato que culminou com a deposição de Vargas, pois João Alberto havia concluído um acordo com Góes Monteiro, Ministro da Guerra, mediante o qual, se um deixasse o cargo, o outro faria o mesmo. (SKIDMORE, 1982, p. 77).

O General Dutra foi ao Palácio Guanabara, na tarde de 29 de outubro de 1945, diz Skidmore, para apresentar um ultimato a Getúlio:

[...] retirar a nomeação de seu irmão, ou enfrentar a sua deposição pelo Exército. Vargas recusou, ainda não convencido de que Góes Monteiro levaria a cabo o ultimato. Já era tarde demais... A partida de Vargas foi rapidamente arranjada, e, em 30 de outubro de 1945, ele entrou em seu 'exílio' no Rio Grande do Sul. (SKIDMORE, 1982, p. 78).

A criação do serviço de inteligência

Com o fim do governo Vargas e o retorno do processo democrático no final de 1945, bem como da experiência da presença militar brasileira na 2ª Guerra Mundial, que oportunizou o inter-relacionamento entre os exércitos aliados, os militares brasileiros perceberam a importância efetiva das ações de inteligência para os governos dos Estados. O Presidente Dutra, que chegava ao poder decorrente do processo eleitoral democrático, era defensor da idéia de criação de um organismo de inteligência direcionado ao assessoramento do Presidente da República, conforme tinha se manifestado em 1941.

Assim, em 6 de setembro de 1946, através do Decreto-lei nº 9.775-A (BRASIL, 1946), foi criado o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (Sfici), vinculando ao Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do Sfici era exercida de forma alternada por oficiais superiores das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas. O Sfici foi regulamentado somente 12 anos depois de sua criação através do Decreto nº 44.489-A (BRASIL, 1958), com a competência de superintender e coordenar as atividades de informações que interessavam à Segurança Nacional.

Durante sua existência teve um papel discreto e de pouca significação, até ser incorporado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) como uma de suas agências regionais. O art. 4º da lei que criou o SNI, em 13 de junho de 1964 (BRASIL, 1964), apresentava a estrutura básica do novo órgão de inteligência, que compreendia uma chefia (Chefe do Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais. O § 1º do art. 4º dizia que “fica incorporada ao SNI, como Agência Regional com sede no Rio de Janeiro (Guanabara), o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) que atualmente integra a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional”.

Notas finais

O pensar sobre a criação de um serviço de inteligência no Brasil começou a se idealizar na visão de Dutra, enquanto Ministro Guerra, mas que não foi concebido a sua maneira durante o governo Vargas. Apesar da inegável visão política e estratégica desse presidente, lhe escapou o alcance e a importância de um serviço de

inteligência, altamente qualificado e ligado diretamente ao Palácio. Assim, nesse período, o que prevaleceu foi a ênfase na polícia política, que vinha se especializando no controle político e social no Brasil, desde 1900.

A reestruturação dos serviços policiais em 1944, que transformou a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública, extinguiu a Delegacia Especial de Segurança Política e Social e criou no seu lugar a Divisão de Polícia Política e Social como uma das Divisões subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública. Essa mudança na estrutura policial não contemplou ações de inteligência de estado de forma explícita, como previsto no anteprojeto de Decreto-lei. A atividade de inteligência somente veio a se concretizar como atividade desvinculada da atuação policial, após o processo de democratização que adveio com o fim do Estado Novo.

No governo democrático é que se deu vida à idéia proposta por Dutra de se criar um serviço secreto de informações e que vinha se arrastando por seis anos, devido a interesses de manter na atividade policial o centro de controle das atividades políticas e sociais que interessavam ao regime ditatorial de Vargas. Com isso, houve a ruptura no conceito unificado de inteligência, passando-se a ter uma inteligência policial a cargo do DFSP e uma inteligência de estado, embrionária, com o SFICI. Dessa forma, como em outras áreas, o Brasil sofreu as conseqüências do imobilismo de seus políticos (ou das decisões tardias de seus políticos) com reflexos indesejáveis no aperfeiçoamento de suas instituições, que o exercício da prática costuma assegurar.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Dá novo regulamento à Inspectoria de Investigação e Segurança Pública. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 645, 31 dez. 1920.

BRASIL. Decreto nº 44.489, de 15 de setembro de 1958. Dispõe sobre o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) de que trata o Decreto-lei nº 9.775-A, de 6 de setembro de 1946. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 1958. Seção 1, p. 20.289.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 297, 31 dez. 1944.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.775-A, de 06 de setembro de 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 set. 1946. Seção 1, p. 12.583.

BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jun. 1964. Seção 1.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Anos de incerteza (1920 – 1937): radicalização política. In: ————. **A era Vargas: 1º tempo dos anos 20 a 1945**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC,

1997. (Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/nav-história/>>. Acesso em: 6 jan. 2005.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. Um histórico do fundo DEOPS-SP. **Quadrilátero**: Revista do Arquivo do Distrito Federal, Brasília, DF, v. 1, mar./ago. 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VIANNA, Luiz Wernerck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A mãe das Inteligências

Luis Carlos Guedes

Abin

Introdução

A segmentação do mercado levou a indústria da informação a procurar atender a tudo e a todos, se possível individualmente. São exemplos as bancas de jornal e a TV a cabo. Alguém já se dispôs a contar quantos títulos são expostos numa banca? E a TV a cabo, com capacidade instalada no Brasil de oitenta, cem ou mais canais disponíveis para o assinante e ainda em expansão, sem que se saiba onde vai parar?

Informação seja ela qual for não é mais só “um produto”. Isso significa que não cabe mais encará-la com uma mentalidade da “era industrial” em que a linha de montagem prevalecia e a quantidade era a meta. Informação é “serviço” e é parte da “era da informação”, pós-industrial.

Produto “se fabrica” e “se vende”. Serviço é disponibilizado e colocado à venda para ser “utilizado”. Seu foco é a qualidade. Em se tratando de informação da Inteligência, o conceito e a abordagem são ainda mais evidentes.

Premissas Básicas

A primeira premissa estabelece “um” entendimento para INFORMAÇÃO¹:

¹ É, de fato, um. Há vários conceitos e definições, mas, para o propósito deste trabalho, adotamos esses.

Informação é todo dado, notícia, fato, sinal, obtido por intermédio dos sentidos ou de aparelhos acústicos, óticos, elétricos, eletrônicos ou outros meios.

A segunda, “um” entendimento para CONHECIMENTO:

Conhecimento é toda informação passível de ser percebida, aprendida e analisada pela mente humana.

Inteligência

No idioma português, o vocábulo “Inteligência” tem significado específico ligado à facilidade de aprender ou resolver novas situações que se apresentam. Do inglês, veio o entendimento conectando a palavra aos serviços especializados em atividades sigilosas de obtenção de informações e denominado serviço de informações. Ambos, na atualidade, são adequados e podem ser utilizados sem que se perca o sentido do termo. Podemos empregá-los para qualificar Atividade de Inteligência (Atv I), Órgão de Inteligência (OI), Serviço de Inteligência (SI), Agência de Inteligência (AI).

A matéria-prima com a qual trabalham órgãos e pessoas ligadas aos serviços de Inteligência é a “Informação”. O produto final que possui valor agregado pela metodologia específica, resultante do trabalho de todos que se envolvem no processo da produção de um conhecimento de Inteligência, também é “Informação”.

Mantendo a coerência de raciocínio, vejamos o conceito:

Atividade de Inteligência (Atv I): É uma atividade especializada, de caráter sigiloso, permanentemente exercida com o objetivo de produzir conhecimentos de interesse do cliente/usuário/consumidor.

Portanto, trata-se de atividade especializada e sigilosa, cuja finalidade é atender à demanda específica.

Princípios básicos da atividade de Inteligência

Os princípios básicos que regem a produção de Inteligência, qualquer que seja o campo de atuação, devem ser aplicados na justa medida, de modo a evitar que a ênfase em um deles acarrete prejuízo na observância dos demais. São eles:

ï Segurança

Em todas as fases de sua produção, a informação deve ser protegida de modo que o acesso a ela seja limitado apenas a pessoas credenciadas.

ï Clareza

A informação deve ser expressa de forma a ser imediata e completamente compreendida pelos usuários.

ï Amplitude

A informação produzida sobre fato, tema ou situação deve ser a mais ampla possível – mas também sintética – a fim de facilitar seu entendimento.

ï Imparcialidade

A informação difundida deve ser pertinente e isenta de idéias preconcebidas, subjetivismos e outras influências que gerem distorções em sua interpretação.

ï Objetividade

A informação deve ser produzida de modo a atender objetivos definidos, a fim de minimizar custos e riscos desnecessários.

ï Oportunidade

A informação deve ser produzida dentro de prazos que assegurem sua utilização completa e adequada.

ï Utilidade

A informação produzida por um OI, de qualquer natureza, tem de ser útil e deve ser transformada em ação. Não existe a informação pela informação.

ï Exclusividade

A informação oriunda de um OI deve ser exclusiva. Neste caso, não tem o mesmo significado do “furo jornalístico”. Um assunto, mesmo conhecido, pode ser abordado sob vários ângulos: seja em razão de uma fonte exclusiva, seja a partir de uma relação com outro tema ainda não abordado, seja a partir de determinada perspectiva de assunto ou cenário em andamento. Fornecer à autoridade assessorada algo de novo é o objetivo. Sem estas características o conhecimento oriundo de um OI perde a razão de ser.

Finalmente, há uma especificidade da Inteligência que pode ser considerada como princípio essencial:

CONVICÇÃO

AS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS POR UM OI

“EXPRESSAM A CONVICÇÃO DO ÓRGÃO QUE A PRODUZIU”.

Em regimes democráticos, essas informações não podem ser usadas como evidência em tribunais.

Desse fator resulta a diferença básica para a “investigação policial”, cuja finalidade é reunir provas e evidências para validar ações na Justiça e da Justiça. A polícia pode – e deve – fazer uso dos recursos e técnicas de Inteligência – as operacionais em especial –, mas deve fazê-lo por meio de unidades específicas, com finalidade bem definida e para conhecimento de clientela restrita. Deve, também, incorporar a idéia de que “quem levanta não prende”².

Para manter a coerência da abordagem do assunto, é importante assimilar o seguinte conceito:

Informação de Inteligência: é o conhecimento integrado, sigiloso, obtido por intermédio de metodologia específica, resultante da coleta ou busca, processamento e análise de todas as informações obtidas pertinentes a determinado assunto.

A especificidade da inteligência

O fator prevalente para a produção do conhecimento é o interesse ou a necessidade do cliente. Quem deve definir seu interesse ou necessidade é o cliente e não a Inteligência.

Outro aspecto que caracteriza a Atv I é que a informação produzida necessariamente deve conter algum conhecimento ou dado que o cliente só encontrará ali.

Essa assertiva é feita levando-se em conta o fato de que, em sua origem, a Atividade de Inteligência existia essencialmente

² Isso significa que os integrantes de OI que prestam apoio ao processo de investigação, por segurança, devem ter sua identidade preservada.

para fins militares. Quando se adotou, em inglês, o termo *Intelligence* em lugar de *Information*, sinalizou-se aos usuários e ao público em geral, que o produto resultante daquela atividade especializada era sigiloso, havia sido “fabricado” sob encomenda e sob medida, utilizando-se de matéria-prima oriunda de várias fontes – muitas delas abertas, outras sigilosas, algumas exclusivas, umas poucas exóticas e, às vezes, clandestinas –, e era destinado à clientela restrita.

Assim não fosse, qualquer informação resultante de trabalho mental, calcado em metodologia específica, aliada a um processamento lógico, seja opinião, seja análise de um fato qualquer – a imprensa está cheia de gente muito competente que faz isso todos os dias – poderia ser qualificada como produto de Inteligência.

O que é um órgão de Inteligência

Um órgão ou uma unidade de Inteligência é uma entidade cuja missão é prestar serviço sigiloso – especializado – para clientela específica. Seu foco, por isso, deve estar voltado para a qualidade, a oportunidade e a utilidade.

Quem trabalha nesta área deve entender que os clientes do sistema ao qual pertencem – principais ou intermediários – têm outros conhecimentos que, agregados à Inteligência, lhes darão melhores condições para a tomada de decisões dentro de seu nível de competência.

Aí reside outro aspecto capital para a atividade: a informação visa a gerar ação. No caso, pode vir a transformar-se em “decisão de nada fazer”, que, apesar da aparência, é ação.

Campo de atuação

Assim como outros conceitos e atividades, o vocábulo Inteligência estendeu-se além de sua acepção ou relevância iniciais. Modernamente, o termo e seu significado adquiriram ampla abrangência. Assim, ouvimos falar de Inteligência competitiva, empresarial, financeira, previdenciária, policial e outras tantas que existem ou que queiram inventar.

Apesar da parafernália de nomes e empresas que ocupam cada vez mais espaço no mercado da informação, no setor público e privado, todas têm como finalidade fornecer informação processada para seu cliente ou clientes.

Da mesma forma, todas têm origem na “Mãe das Inteligências”, a Inteligência Militar que, sistematizada em princípios e metodologia surgida durante a II Guerra Mundial, consolidou-se no período pós-guerra.

O quadro da página trinta e quatro (34) mostra que a percepção das “várias Inteligências” é só questão de adaptação.

Ao serviço de Inteligência de Estado – de qualquer Estado – compete avaliar conjunturas, identificar temas ou áreas de conflitos (reais ou potenciais) e assinalar tendências, de modo a criar as melhores condições para tomada de decisão de natureza política, estratégica, ou ambas. A análise da personalidade de pessoas e o acompanhamento de suas atividades, em especial aquelas com potencial de liderança e influência, é outra tarefa que deve receber atenção.

Excetuando-se fenômenos de natureza física – no campo da meteorologia, por exemplo – todos os demais, sejam de natureza política, social ou econômica, em geral, têm em sua origem, meio ou fim, pessoas que tomam decisões em seu nome ou representando interesses diversos cujo alcance pode resultar em ameaças em nível local, regional ou mundial.

Há uma gama de possibilidades de situações³ com grande potencial para gerar conflitos que permitem aos governantes estabelecer foco, tarefas e missões para seus OI. Em todas elas haverá – sempre – lideranças e agentes de influência conduzindo o processo de desestabilização decorrente.

Finalidade da informação de Órgão de Inteligência (OI)

A principal finalidade da informação produzida por um órgão de Inteligência é preencher lacunas existentes no conhecimento do usuário, com a finalidade de permitir tomada de decisão em melhores condições. Essa será alcançada somente se for entregue ao usuário algo que ele só encontrará no documento produzido pelo seu OI.

É uma ilusão pretender ser “a fonte” do conhecimento. O tal “dado negado”⁴, por sua vez, está mais para “não encontrado em tempo útil”. Hoje, o problema é o excesso de informação e de fontes, o que gera dificuldade de selecionar aquilo que interessa.

E, pior, de modo geral, seja no Brasil ou no exterior, políticos não têm a menor idéia de como usar um de seus mais importantes instrumentos para a ação, a “Inteligência de Estado”.⁵ A conseqüência surge quando há uma crise. Neste caso, sempre aparece alguém para acusar “falha da Inteligência” ou o oposto: “precisamos melhorar nossa Inteligência”.

³ Agressões ao Meio Ambiente; Conflitos Étnicos e/ou Religiosos; Desemprego; Disputa por Recursos Hídricos; Fome; Fontes de Energia; Ideologia; Movimentos migratórios; Narcotráfico/ Narcosubversão; Proliferação de Armas; Superpopulação; Terrorismo.

⁴ Qualquer dado, de interesse do órgão de inteligência, que esteja sendo protegido por quem o detém.

⁵ Compete à Inteligência de Estado, em qualquer nível, prestar serviço especializado, de caráter confidencial, para clientela específica, com foco voltado para objetivos políticos e estratégicos de governo.

Estratégia e estratégico

Estratégia: [Do gr. *strategía*, pelo lat. *strategia*.] S. f. ⁶

- Arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios e/ou aviões, visando a alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos.

- Arte militar de escolher onde, quando e com que travar um combate ou uma batalha. [Cf., nesta acepç., *tática* (2).]

- P. ext. Arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos.

- P. ext. Arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos.

- Fig. Fam. V. *estratagema* (2).

Estratégico: [Do gr. *strategikós*.]; Adj. ⁷

- Relativo a *estratégia* (1 a 4)

- Em que há *ardil*; *ardiloso*, *astucioso*, *manhoso*.

Ardil: [Do cat. *ardit*, ‘empreendimento guerreiro’, com dissimulação.]; S. m.

- Meio *astucioso* a que se recorre para *burlar* alguém; *estratagema*, *ardileza*.

- *Armadilha*.

⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico**; Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

⁷ *Ibid.*

Conforme nos indica o texto do dicionário Aurélio, transcrito acima, o sentido original dos termos era restrito ao campo militar. Como aconteceu com o vocábulo inteligência, seu entendimento evoluiu e popularizou-se, a ponto de ser utilizado, de modo geral, com o significado de a forma como se vai alcançar determinado objetivo.

O adjetivo derivado, “estratégico”, passou a relacionar-se com as idéias de “sutileza”, “ardil”, “astúcia”.

Os termos “estratégia” e “estratégico”, normalmente, estão relacionados ao mais alto nível de direção de um Estado, de uma empresa ou de uma organização e diz respeito à maneira adotada para atingir os objetivos almejados.

Deve-se ter em mente que nenhuma informação,
por si só, é estratégica.

A decisão tomada em função dela – vinculada ao
nível de quem decide – é que pode ser qualificada
como estratégica.

Assim, se Inteligência é atividade naturalmente vinculada aos tomadores de decisão, a INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA indica o nível mais alto da atividade, ou seja, produção de conhecimentos destinados a fundamentar decisões políticas e estratégicas na organização, na empresa ou no governo.

A política – definindo o “que fazer” – relaciona-se estreitamente com a estratégia – que vai definir o “como fazer”. A Inteligência pode apontar caminhos para a política e facilitar a execução de ações.

Considerações finais

O processo de produção do conhecimento de inteligência, em sua essência, assenta-se em duas fases principais: coleta (busca) e análise. Não cabe à Inteligência o papel de observar e comentar, mas sim antecipar (alertar) e proteger. Persuadir o usuário de que ele deve aceitar o alerta não é papel da Inteligência.

Não é possível antecipar tendências e perceber intenções “em fatos e acontecimentos”. Pessoas, grupos de pessoas, representando toda gama de interesses produzem “fatos e acontecimentos” e, por isso, não se faz Inteligência sem o conhecimento de quem está à frente, no meio ou por trás das ocorrências de natureza política, social ou econômica.

Informar para alertar é um processo repetitivo e não deve terminar até que o usuário esteja convencido de que a ameaça é real ou até que ele a rejeite definitiva e claramente. O convencimento deve ser buscado por meio da agregação de mais dados/informações convincentes sobre a possibilidade de uma ameaça transformar-se em realidade. Caso isso não seja feito, criam-se condições para uma tomada de decisão errada ou, ainda, uma não-decisão.

A autoridade usuária, por sua vez, deve entender que “ignorar alertas da Inteligência é de sua exclusiva responsabilidade”. A informação de Inteligência tem por objetivo preencher lacunas de conhecimento a fim de permitir melhores condições para uma tomada de decisão.

Todo e qualquer órgão de Inteligência, privado ou estatal, é seletivo – em função da quantidade e da linha de ação pretendida – nas informações que coloca no mercado. Não há como mudar esta situação cuja tendência é a de ser mais seletiva. Em termos percentuais relativos, a realidade demonstra que, cada vez mais, saberemos menos. É o paradoxo do conhecimento de nossos dias,

que pode ser parcialmente resolvido definindo-se objetivos claros e precisos para a busca da informação.

Essa visão e necessidade, até agora, têm-se revelado tarefa quase impossível para os políticos, os governos e, em especial, os governantes. Aqui, acolá e alhures. Faltam: foco, objetivos claros, definição de limites e, principalmente, o porquê da necessidade da informação. No mundo *on-line* da atualidade, os fatos, normalmente, atropelam as intenções, as previsões, os planos, as estimativas.

A Inteligência – isso deve ser muito bem entendido – é atividade incerta. Por melhores que sejam as fontes, por mais bem preparados que sejam seus “operadores”, na maioria das vezes ninguém pode garantir que a informação A ou X ou Y ou Z é “exata”. Seguramente, todavia, ela é honesta, imparcial e representa convicção – persuasão íntima – do analista e, por conseqüência, do OI que a produziu/disseminou.

Se a atividade de Inteligência funciona em razão de trabalho integrado de equipe, tomar decisões é ato solitário e indivisível. Quando a decisão não resulta em algo positivo ou for qualificada de errada, não se deve imputar culpa ou justificá-la com base em possíveis “falhas da Inteligência”. Muitas delas são, na realidade, falhas políticas.

Por sua vez é difícil aceitar a tese de “erro (ou falha) da inteligência” pois entendo que ela não falha por impossibilidade física, isto é, por não ter o poder de decidir.

Ao decisor que tem o apoio de um OI, seja na empresa ou no governo, cabe a responsabilidade de avaliar, julgar e decidir diante das informações que chegam a seu conhecimento. Na medida em que a informação produzida pela Inteligência de Estado deve ter como finalidade principal gerar ação de governo, há risco permanente de “tiro n’água” e conseqüências inesperadas.

O detentor do poder político, que o exerce em nome da lei, tem a obrigação, a todo o momento, de tomar decisões que, em função de seu nível de autoridade, terão maior ou menor alcance político ou estratégico. Quem decide pode cometer erros. Quem não decide já está errando. No caso de política ou estratégia governamental, com muito mais razão, há que haver decisões, pois a inércia acaba minando a credibilidade de qualquer governo, caso que torna a situação pior. É assim que é e vai continuar sendo, cada vez mais ...

Decisões, de qualquer natureza, são tomadas diante de muita certeza e pouca informação, ou de muita incerteza e muita informação. O vice-versa também é válido. Tomada a decisão, qualquer que seja, TUDO, a partir daquele momento, é INCERTO. Cada nova situação decorrente deve ser resolvida caso a caso, por novas decisões. Daí a necessidade de planejamento, *follow up* e competência.

De um modo ou de outro a realidade sempre é capaz de surpreender. Esta constatação é real em nível pessoal ou corporativo ou empresarial ou governamental. Variará o alcance das conseqüências.

Produzido com critério, competência e honestidade – outras premissas essenciais – o conhecimento disponibilizado ao cliente pelo seu OI estará calcado em dados processados, mas que nem sempre corresponderão a uma “verdade”. Nos dias atuais, qualquer cliente da Inteligência ou autoridade assessorada que se vale *apenas* dos conhecimentos por ela produzidos para tomar decisões está dissociado da realidade.

Solução? No momento, não tenho e nem conheço quem a tenha. Creio que a tendência é de agravamento da situação. Em nossos dias e para qualquer futuro imaginado, haverá mais informação disponível com a conseqüente diminuição da capacidade de administrar este fato.

Creio também, assim como os navegadores dos séculos XV e XVI, que souberam achar o rumo certo nos oceanos sem fim de outrora, que haverá de surgir outra criação humana que permitirá a descoberta do rumo certo no mar sem fim que é a Informação neste início de século.

PERCEPÇÃO DAS “VÁRIAS INTELIGÊNCIAS”

CAMPOS DE ANÁLISE ESPECÍFICOS DA ÁREA MILITAR	RESULTARAM NAS CORRELAÇÕES ABAIXO OU OUTRAS QUE QUISEREM INVENTAR			
Compete à <u>Inteligência Militar</u> , em qualquer nível, analisar e avaliar os aspectos abaixo listados	Inteligência COMPETITIVA	Inteligência MÉDICA	Inteligência EMPRESARIAL	Inteligência POLICIAL
<u>TERRENO:</u> Área de Operações provável ou ativada: todos os aspectos com vistas, principalmente, ao levantamento de facilidades e obstáculos ao movimento da força amiga e da oponente.	Mercado interno ou externo	Ser humano e ambiente	Mercado específico	Sociedade e ambiente de atuação
<u>INIMIGO:</u> Poder de combate, localização, personalidades.	Concorrência	Doença	Concorrente	Criminoso de qualquer nível ou natureza
<u>CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS:</u> Interferência das condições climáticas na condução das operações da força amiga e da oponente.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos nacionais ou não.	Legislação, sistema Judiciário e políticas de governos.

Referências bibliográficas

BERKOWITZ, Bruce D.; GOODMAN, Allan. **Strategic intelligence for American National Security**. Pricenton: Pricenton University Press, 1989.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de Inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização**. 2001. Dissertação (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico**; Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1991. 1 CD-ROM.

KENT, Sherman. **Strategic intelligence for american world policy**. Princeton: Princeton University Press, 1949.

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas**. Tradução de Heitor de Aquino Ferreira e Álvaro Galvão Pereira. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

STEELE, Robert David. The intelligence community as a new market: open sources solution. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM: national security & national competitiveness: open source solutions proceedings, 2., 1993. Washington, DC. **Anais eletrônicos ...** Washington, DC.: [s.ed.], 1993. Disponível em: <http://www.oss.net/dynamaster/file_archive/040320/6f5883043671c1d1406424641cca53bs/0551993-01-31.pdf> Acesso em: 15 out. 2005.

UNITED STATES ARMY. Intelligence preparation of the battlefield. In: ————. **FM 34-3 intelligence analysis**. Washington, DC.: U. S. Army, 1986. cap. 4.

WARNER, Michael. **The office of strategic services: america first intelligence agency**. Washington, DC.: Central Intelligence Agency, 2000.

Necessidade de Inteligência do Estado brasileiro

Cláudia Assaf Bastos Rebello
Abin

Se conheceis o inimigo e a vós mesmos, não precisais temer pelo resultado de 100 batalhas; se vos conheceis, mas não ao inimigo, para cada vitória sofrereis uma derrota; se não conheceis nem a um nem a outro, sereis sempre derrotado.

(Sun Tsu, autor de “A Arte da Guerra”)

Origem do descaso dado à Inteligência brasileira

A idéia equivocada e negativa que muitos cidadãos brasileiros e, até mesmo, entidades públicas e privadas fazem da atividade de Inteligência pode representar vulnerabilidade grave à segurança do Brasil, já que a necessidade de produzir e proteger conhecimento torna-se cada vez mais evidente. A percepção distorcida da atividade e, ainda, a não-detecção de ameaças reais pelo cidadão comum decorrem do desconhecimento generalizado da essência da atividade: ferramenta imparcial e oportuna, pautada em evidências coletadas e analisadas com metodologia e racionalidade, cujo objetivo exclusivo é apoiar o processo decisório nacional, definidor do destino da sociedade e do Estado brasileiro.

Compreender a relevância da Inteligência para um país como o Brasil não é tarefa fácil na prática. A aversão a ela por parte significativa da opinião pública brasileira justifica-se, sobretudo, por dois fatores: primeiramente, pela herança da história recente, quando vigiu no Brasil o Regime Militar; e, em segundo lugar, pelas críticas – muitas vezes sem fundamento – feitas por parcela da imprensa que

insiste em manter viva a lembrança da época em que “censura” era a palavra de ordem, o que conduz alguns profissionais de Comunicação a nutrir certo tipo de ressentimento, expresso, ainda que tacitamente, por meio de manchetes gratuitas, depreciativas e irônicas, que diminuem e distorcem o serviço de Inteligência brasileiro.

Exemplos de matérias jornalísticas alicerçadas em casuísmos não faltam: “Arapongas da (Abin) Agência Brasileira de Inteligência deixaram de lado a discrição no governo de Luiz Inácio Lula da Silva” (DANTAS, 2004); “A incompetência da Abin” (RODRIGUES, 2005); “Quadro funcional da Abin inclui até lavadeiras” (SOUZA, 2005); “Além disso, quem já teve acesso aos relatórios do antigo SNI e da atual Abin surpreende-se com a pobreza e a obviedade das informações. Carlos Lacerda dizia que o SNI não funcionava às segundas-feiras, porque não havia jornais a recortar” (SARDENBERG, 2002). Em reportagens sobre o novo Diretor-Geral da Abin, Sr. Márcio Paulo Buzanelli, as manchetes, à época de sua posse, preferiram insistir na idéia de que se tratava de funcionário de carreira que serviu ao extinto SNI a publicar a real competência e a rica experiência que ele possui. São críticas, portanto, que criam na opinião pública aversão progressiva e gratuita à estrutura de Inteligência brasileira.

Como a força da democracia – ainda em contínua construção – foi capaz de pôr abaixo as estruturas e as ideologias vigentes durante o regime de exceção e instituir direitos antes inexistentes – tal como a garantia constitucional à liberdade de expressão –, eventuais acusações de abusos sofridos àquele tempo perderam o objetivo e ficaram sem alvo claro de ataque. Agora pergunta-se a quem acusar. Daí a necessidade de alvo atual e bem definido. Este alvo é a estrutura de Inteligência brasileira, cuja existência ainda é motivo de questionamento por parte daqueles que são induzidos nesse sentido ou não se esforçam para compreender sua necessidade e insistem em associá-la ao governo, não ao Estado – entidade a que a Inteligência, de fato, serve. Trecho do artigo “Perigos do complexo”, do colunista Jânio de Freitas comprova esta visão equivocada,

que, até mesmo, lúcidos jornalistas têm: “Menos ou mais, esse (sic) serviços [secretos] sempre servem à política do governo que representam”. (FREITAS, 2005).

É oportuno esclarecer que qualquer instituição, para crescer e cumprir seus objetivos, tem, na crítica, ferramenta essencial. Trata-se, neste caso, de observações construtivas, elaboradas por aquele que está de fora – sobretudo pela mídia –, distanciando do objeto e, por isso mesmo, apto a ver o que, muitas vezes, os que estão envolvidos diretamente na atividade não conseguem perceber durante o esforço em produzir o melhor. Essas críticas não são só bem-vindas; são necessárias à consolidação da Inteligência brasileira. Para crescermos, precisamos, portanto, dos profissionais de Comunicação comprometidos com o processo de apuração fidedigno.

É verdade que, dada a natureza do serviço de Inteligência, o sigilo muitas vezes representa a “alma” de uma missão, o que envolve verbas sigilosas – que, apesar disso, devem passar por fiscalização externa. Tal sigilo está constantemente em conflito com o preceito democrático da transparência, motivo que também contribui para munir os formadores de opinião em seus ataques, por vezes infundados.

Por causa da influência sem precedentes que a mídia hoje exerce sobre a opinião pública, o cidadão comum – que já possui pouco conhecimento sobre a atividade – não vê a Inteligência como necessária. As pessoas são induzidas a associar o órgão de Inteligência do Estado brasileiro – a Abin – à estrutura de informações estabelecida à época do Regime Militar – o SNI. Como perseguições políticas e violações de liberdades eram, então, automaticamente atribuídas ao SNI, criou-se, no imaginário popular, idéia negativa a tudo que se referisse à atividade de Inteligência. Enquanto, em outros países, os órgãos de Inteligência e seus profissionais são motivos de orgulho nacional, no Brasil ainda prevalece tom jocoso e irônico em relação aos assuntos de Inteligência, os quais

recebem sinônimos tais como “arapongagem” ou “espionagem”, não só pela mídia, mas até mesmo por alguns integrantes do Poder Legislativo. Mal sabem, por exemplo, que espionagem é crime, e que o sistema de Inteligência visa, entre outros objetivos, a contrapor-se à espionagem estrangeira feita em território nacional ou no exterior contra interesses brasileiros, mediante medidas de Contra-Inteligência.

No início da década de 1990, a estrutura de Inteligência brasileira chegou a ser extinta pelo governo Fernando Collor, atitude aplaudida por muitos à época. Afinal, pensava-se ser o fim da estrutura inibidora de liberdades. Hoje, dada a inserção do País no mundo globalizado e estruturado em rede, no qual Estados nacionais e soberanos têm suas fronteiras cada vez mais porosas, o poder público atentou para o fato de a atividade de Inteligência ser imprescindível à segurança da Nação e ao processo decisório pautado em análises criteriosas, oportunas e imparciais. Tanto assim que, ao final daquela década, foi instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do qual fazem parte diversas instituições, como a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas. Em 1999, surgiu a Abin – órgão central do Sisbin –, cuja ligação com estruturas preexistentes no Regime Militar não passam do ponto de vista físico. De fato, as instalações e parte da infra-estrutura da Abin são as mesmas daquelas onde funcionou o SNI.

As diretrizes seguidas pela Abin estão alicerçadas no contexto democrático em que se insere a sociedade brasileira. Nesse sentido, não constitui objetivo da Agência perseguir indivíduos ou combater pensamentos divergentes deste ou daquele governo, ao contrário do que é difundido ou insinuado, como mostra, a seguir, o trecho de artigo de Cláudio Humberto. “O deputado sergipano João Fontes reagiu com indignação, ao descobrir que sua ‘ficha’ foi obtida pelo ministro Ciro Gomes na Abin ou onde quer que seja [...]”,

(HUMBERTO, 2005). A missão da Agência está tão-somente em munir o Estado brasileiro de conhecimentos sem os quais a segurança do País estaria ameaçada, independentemente do governo que esteja conduzindo a Nação.

Definição e objetivos da atividade de Inteligência

Para compreender por que o Brasil necessita contar com um serviço de Inteligência, é imperativo, antes, que se faça breve definição do termo, bem como a demarcação dos objetivos da atividade.

Inteligência é atividade de Estado, não de governo. Está dividida, grosso modo, em produção e proteção de conhecimentos. A produção de conhecimentos envolve análise de informações, bem como estudo criterioso da qualidade e da credibilidade das fontes utilizadas. Já o ato de proteger dados e conhecimentos sensíveis produzidos pelo País, seus interesses estratégicos e, ainda, suas riquezas naturais está no âmbito da Contra-Inteligência, cuja essência é salvaguardar a sociedade e o Estado de ações adversas perpetradas por agentes estrangeiros. As ações de Contra-Inteligência buscam identificar e prevenir vulnerabilidades, detectar o invasor, neutralizar sua atuação, recuperar eventuais perdas e contra-atacar por meio, por exemplo, de desinformação. Os segmentos de proteção do conhecimento abrangem segurança das pessoas, das áreas e instalações, dos documentos e materiais, das comunicações e dos sistemas de informação. Inteligência e Contra-Inteligência contam, ainda, com a parte operacional da atividade que compreende a utilização de técnicas especiais – sempre legais – na busca do dado negado.

O aforismo “Informação é poder”¹, hoje lugar-comum, guarda em si uma verdade. Em tese, aquele mais bem informado será ca-

¹ Inspirado na máxima “*Knowledge is power*”, cunhada pelo cientista inglês Sir Francis Bacon. Em 1597, Bacon afirmou que informação e conhecimento constituíam fontes de poder político e econômico.

paz de ponderar prós e contras no momento da decisão e, por conseguinte, saberá o que esperar como conseqüências da escolha feita, o que pautará futuras medidas de política de Estado. Já sabemos, conforme já mencionado, que o objetivo central da Inteligência é assessorar a tomada de decisão dos agentes governamentais detentores de tal poder. Para que a tomada de decisão gere conseqüências previsíveis, é imprescindível, portanto, que os tomadores de decisão estejam bem informados.

Só isso, porém, não basta. Com a revolução nas técnicas de difusão da informação, acessá-la tornou-se tarefa tão elementar que até mesmo uma criança seria capaz de buscar a informação a ela solicitada. Nesse sentido, bastaria que o tomador de decisão tivesse a seu lado um auxiliar capacitado para obter as informações desejadas. Além disso, nem sempre aquele com poder decisório é capaz de avaliar do que necessita saber, porquanto uma informação aparentemente inofensiva poderá representar ameaça em futuro próximo ou longínquo.

O simples fato de governantes estarem informados, portanto, não basta. A informação por si não mais representa o diferencial antes concebido como sinônimo de poder. A problemática resume-se, por conseguinte, ao estudo da informação que será transmitida àquele que detém o poder decisório. A informação já trabalhada é que caracteriza o conhecimento. É o profissional de Inteligência que, mediante metodologia específica, será capaz de transformar informações em conhecimento – que poderá ser mera descrição de fato (certeza) ou análise de tendências e cenários (opinião), calcada em racionalidade irrefutável resultante da articulação de evidências.

É relevante ressaltar que, apesar da grande quantidade de informações hoje disponível de forma ostensiva, haverá frações de informação indisponíveis nas fontes abertas e protegidas contra o acesso público. Trata-se do dado negado, cuja obtenção requer contribuição da área operacional. Por vezes, tal fração, ainda que

mínima, poderá significar o diferencial de uma decisão de Estado. A atividade de Inteligência, portanto, abrange, além das áreas de Contra-Inteligência e Inteligência, a área de Operações.

Por que o Brasil necessita da atividade de Inteligência?

A necessidade de Inteligência do Brasil projeta-se tanto no contexto das relações internacionais quanto no doméstico, sobretudo em função das dimensões continentais do País. O Estado brasileiro necessita proteger-se de ações estrangeiras adversas, bem como antecipar-se a conseqüências de conflitos internos em território tão vasto como o nosso.

A crescente inserção do Brasil nas relações internacionais decorre, principalmente, da capacidade de o País se adaptar às transformações por que o mundo passa na era de acelerada globalização. As tecnologias brasileiras de ponta, a soberania alimentar, o conhecimento tradicional de populações nativas, as formas alternativas de produção de energia e, ainda, as riquezas naturais abundantes e cada vez mais valorizadas, como água doce, minérios estratégicos, biodiversidade, entre outras, vêm despertando a atenção de vários países e a cobiça de transnacionais.

O Brasil destaca-se em áreas de interesse das comunidades científicas internacionais, das empresas que as financiam e, sobretudo, dos Estados. Detemos tecnologias de ponta diversas: prospecção de petróleo em águas profundas e em áreas florestais; domínio do ciclo completo do urânio; desenvolvimento de espécies híbridas que melhor se adaptam ao complexo clima-solo; sistemas bancários de informática; urnas seguras para eleições; tecnologia aeroespacial e para construção de satélites. Trata-se de exemplos que tornam a proteção do conhecimento desenvolvido e difundido pela Abin alta prioridade na pauta de segurança nacional.

Soma-se a isso a nossa biodiversidade, cobiçada pelos mais diversos setores. Pesquisadores ou informantes estrangeiros, dis-

farçados de missionários, por exemplo, são rotineiramente enviados à Amazônia e a outros biomas brasileiros. Chegam a cooptar indivíduos das populações nativas para extrair deles conhecimentos tradicionais, que são transformados em fórmulas milionárias. O caso do cupuaçu – fruta típica da Região Norte – deixou clara a necessidade de uma Inteligência atenta. O nome da fruta havia sido patenteado por grupo empresarial japonês, fato descoberto por organização não-governamental. A rapadura – doce de origem nordestina tipicamente brasileira – bem ilustra o aproveitamento indevido de nossa cultura. Recentemente, produtores cearenses, ao tentar exportá-la pela primeira vez, viram-se impedidos de fazê-lo, pois uma empresa alemã possuía a patente do nome havia dez anos. Dessa forma, a vigilância de todos – principalmente do cidadão comum brasileiro, onde quer que esteja – é elemento fundamental no processo de colaboração com a Inteligência brasileira.

Universidades renomadas no exterior, por exemplo, cobriam pesquisadores brasileiros, prometendo-lhes toda infra-estrutura para suas pesquisas e retorno financeiro inimaginável. Iludidos e inocentes, preenchem formulários, nos quais revelam detalhes de pesquisas em andamento.

Como se vê, a proteção do conhecimento ainda não faz parte da cultura nacional, tamanha a desinformação que impera acerca da necessidade de Contra-Inteligência no Brasil. Nesse sentido, o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), desenvolvido pela Abin, vem atuando para preencher esta grave lacuna existente na sociedade acadêmica e em empresas estratégicas.

Devemos, ainda, considerar outra problemática hoje vivida pelo Brasil. Talvez poucos saibam, mas o Estado brasileiro produz e exporta bens de uso dual, que podem servir tanto para o progresso da humanidade quanto para sua destruição. A compra de bens dessa natureza por atores de má fé, muitas vezes disfarçados de empresas de fachada, pode aniquilar a reputação de um país, construída ao longo de séculos, no âmbito internacional. A esse

respeito, o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), desenvolvido pela Abin em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, busca alertar empresas estratégicas, que cada vez mais se mostram confiantes na utilização da Inteligência de Estado para a garantia do destino pacífico de seus negócios.

Além da Contra-Inteligência, o setor de Inteligência – produção de conhecimentos – também é fundamental para antecipar e prevenir crises, bem como para antever oportunidades. A análise de cenários possíveis com base em dado evento, ocorrido seja no exterior, seja no território brasileiro, feita por profissionais de Inteligência, torna-se guia seguro e oportuno no processo decisório. A análise baseia-se na ponderação de informações várias acerca do tema em pauta, originadas de fontes diversas, as quais são analisadas em sua credibilidade, competência e interesse. Muitas vezes, a fonte poderá difundir uma informação “inflada” por interesses próprios ou ainda não ter a competência para conhecer determinada informação. Feita a ponderação, os cenários são traçados para munir com elementos-chave, na formulação de políticas, aquele que detém o poder decisório.

No âmbito doméstico, o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, é emblemático para a necessidade de Inteligência. Muitos acusam o governo atual, cujos integrantes pertencem à tradicional esquerda política, de se voltar contra um movimento de que um dia foi árduo defensor. Essas acusações, pautadas no fato de a Abin acompanhar tendências do MST, pretendem sugerir que a Agência preocupa-se com ideologias ou partidarismos. Na verdade, trata-se de questão doméstica relativa ao problema secular de acesso à terra e que gera conflitos localizados. Há dois objetivos bem definidos para o monitoramento desse tipo de movimento social por parte da Inteligência. Primeiramente, o acompanhamento do conflito em si – que, por vezes, põe em perigo a segurança não só dos envolvidos, como a da sociedade brasileira como um todo – visa a antever invasões ou atos de per-

turbação da ordem. A Inteligência age independentemente de linha partidária de governo, no sentido de salvaguardar direitos da sociedade – como o de ir e vir e o de segurança –, mediante relatórios coerentes que orientem o processo decisório. Além disso, a percepção das reivindicações feitas é fonte importante para a busca de soluções viáveis para problema tão complexo.

A necessidade de Inteligência do Estado brasileiro não se esgota nos exemplos citados. Ela perpassa temas os mais diversos, dando ao Estado a capacidade de decidir conscientemente suas políticas, graças ao ferramental de análise imparcial, segura e oportuna oferecido pelos profissionais de Inteligência àquele que detém o poder de decidir o destino do País.

Conclui-se ser evidente a necessidade de Inteligência forte e bem estruturada para o Brasil, potência regional e que se insere de forma cada vez mais explícita no contexto internacional. Soma-se a isso a vastidão do território brasileiro, o que faz do monitoramento e da antecipação e prevenção de crises internas elementos fundamentais para o processo decisório, seja para o estabelecimento de medidas terapêuticas, no caso de crises já instaladas, seja para a elaboração de medidas preventivas, no caso de diagnóstico que aponte crises potenciais.

É fundamental que o poder público e a sociedade conscientizem-se de tal necessidade, a fim de permitir o fortalecimento da Inteligência brasileira. Por conseguinte, o processo de tomada de decisão no Brasil também se fortaleceria. Para isso, o apoio jurídico e financeiro faz-se urgente, sobretudo para a montagem de infra-estrutura adequada e para o treinamento do profissional de Inteligência. Para se ter uma idéia, a área operacional da Inteligência brasileira ainda não conta com autorização judicial para efetuar interceptações telefônicas, o chamado “grampo”, técnica muito utilizada por outros integrantes do Sisbin. Além disso, a ati-

vidade de Inteligência brasileira ainda não conta com equipamentos de ponta que, em muito, agilizariam o trabalho de seus servidores.

Dado o contexto democrático brasileiro, ainda em processo de consolidação, a aprovação de verbas para o fortalecimento do serviço precisaria do aval do Legislativo. Como apoiar Inteligência no Brasil não “dá voto”, caberia, então, aos usuários do serviço e à própria estrutura de Inteligência reforçar tal necessidade. É neste contexto que a mídia mostra-se parceira fundamental para o processo de consolidação da Inteligência brasileira. Por um lado, criticaria, quando bem fundamentada, conseqüentemente fornecendo *feedback* e colaborando para eventuais mudanças; por outro, entretanto, identificaria a relevância da Inteligência para o Brasil, difundindo-a para a população brasileira – a quem, na realidade, a atividade de Inteligência objetiva servir. Cabe, também, à própria Abin proporcionar à mídia maiores esclarecimentos acerca da atividade em si, numa parceria pautada em processo de mútua aprendizagem.

Uma mídia mais esclarecida, uma sociedade mais consciente, não só da essência da atividade, mas também de seu papel de colaboradora no fornecimento e na apuração de denúncias, e um poder público mais convencido da necessidade de munir o Estado brasileiro com Inteligência de ponta acarretariam ao País capacidade de decidir mais eficaz e eficientemente os destinos da Nação. Ademais, levariam a maior eficiência na proteção de conhecimentos e de nossas riquezas naturais, hoje tão cobiçadas por importantes atores do sistema internacional.

Referências bibliográficas

ARGONS, Josias de Carvalho; CASTRO, Raymundo Nonato Loyola; BRAGANÇA, Antônio Ferreira de. **A informação**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1963.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

DANTAS, Iuri: Abin pretende formar espões nos moldes da CIA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A8, 30 nov. 2004.

FREITAS, Jânio de. Perigos de complexo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 2005.

HUMBERTO, Cláudio. Ciro: fichas e arapongagem. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF., 8 maio 2005. Coluna Cláudio Humberto.

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora: Livraria Agir Editora, 1974.

RANSOM, Harry Howe. **Informações centralizadas e segurança nacional**. Tradução Ten. Cel. Álvaro Galvão Pereira. Rio de Janeiro: GB, 1972.

RODRIGUES, Fernando. A incompetência da Abin. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2005.

SARDENBERG, Carlos Alberto. O dilema do PT que quer ganhar. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2002.

SEMINÁRIO ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL: contribuições para a soberania e a democracia, 1., 2002. Brasília. **Anais ... Brasília**: Gráfica Artecor. 2003.

SOUZA, Josias de. Quadro funcional da Abin inclui até lavanderias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2005.

Fontes abertas e Inteligência de Estado

Leonardo Singer Afonso

Abin

Introdução

Em oito de novembro de 2005, John Negroponte, o *czar* da Inteligência norte-americana, anunciou a criação de um departamento voltado exclusivamente para a coleta, reunião e produção de conhecimento a partir de fontes abertas - processo conhecido na literatura especializada como *Open Source Intelligence (OSINT)*. O departamento, integrante da estrutura da Agência Central de Inteligência (CIA), foi criado com a incumbência de funcionar como um centro especializado da Agência. A institucionalização do Centro de Fontes Abertas (*Open Source Center – OSC*) insere-se nos esforços de modernização e reforço da Inteligência dos Estados Unidos da América, atualmente em relativo descrédito, acusada de ter sido incapaz de prever os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, e de fornecer provas questionáveis de que o Iraque portava armas de destruição em massa.

As reações de setores da CIA à criação do OSC foram, em grande parte, de descrédito. Glasser (2005), em artigo no jornal *The News & Observer*, apontou o preconceito dentro da própria comunidade de Inteligência como a possível principal dificuldade para o estabelecimento do OSC. Veteranos e, até mesmo, novos servidores do principal órgão da Inteligência norte-americana não só contestaram a utilidade da novidade, como também desqualificaram os dados de origem ostensiva: “neste ramo, ainda há quem pense que se o dado não é sigiloso, não merece ser lido” – declarou um

estadunidense que trabalha em parceria com a comunidade de Inteligência de seu país. (THE CIA uncovers..., 2005).

Outrossim, a reação do público leigo não pôde ser considerada inteiramente positiva. Entre vários comentários favoráveis, e outros espantados e jocosos, publicados em jornais e em fóruns de internet, alguns questionaram a utilidade do gigantesco aparato de Inteligência dos Estados Unidos, que consome bilhões de dólares do contribuinte anualmente.

A OSINT, todavia, não é novidade, bem como não é exclusividade dos serviços de Inteligência americanos; ainda assim, nos EUA, nunca fora privilegiada com uma agência própria e especializada, contando, até recentemente, apenas com pequenas seções na CIA, no Departamento de Estado e no Departamento de Defesa.

O *Foreign Broadcast Information Service* (FBIS) foi o pioneiro norte-americano no trato com OSINT. Iniciou suas atividades ao final da década de 1930, na Universidade de Princeton. Durante a Segunda Guerra Mundial, teve como função alçar o noticiário internacional captado por rádio ao status de fonte de Inteligência e, durante a Guerra Fria, monitorou publicações oficiais provenientes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como o Pravda e o Izvestia. Com o fim da Guerra Fria, o FBIS passou por um período de ostracismo, até que os atentados, em setembro de 2001, contra o *World Trade Center* e o Pentágono, trouxeram à tona a importância da utilização das fontes abertas.

Com relação ao uso de fontes ostensivas na atividade de Inteligência desempenhada no Brasil, é importante sublinhar que, em recente artigo para a Folha de São Paulo, o ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República do Brasil, General Jorge Armando Félix, declarou que

a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) “estima em mais de 90% o conhecimento obtido das chamadas fontes abertas.” (FELIX, 2005).

Tendo em vista o exposto, torna-se oportuno o debate acerca da validade das fontes ostensivas, das vantagens e desvantagens que estas trazem para a análise, da qualidade dos produtos de Inteligência que as incluem, bem como da suposta necessidade de se especializar o profissional que as analisa por meio da criação de um método específico de coleta e interpretação de fontes abertas e do estabelecimento de um perfil do profissional investido nesta função.

Função da Inteligência

Primeiramente, a fim de tecermos considerações acerca da utilidade das fontes abertas, devemos definir parâmetros conceituais básicos sobre a atividade de Inteligência. É essencial entender qual a função de seu produto para que se possa julgar seus componentes.

Antunes (2002, p. 17-21) recorre a três autores anglo-saxões para definir a atividade. Sims (1995) afirma que seria toda informação coletada, organizada e analisada para atender aos tomadores de decisão em suas atividades. Shulsky (1991) restringe a área de atuação da Inteligência e a vincula necessariamente à competitividade entre nações, ao segredo e ao formato das organizações. Em suas palavras, a atividade é definida como “coleção e análise de informações relevantes para a formulação e implementação da política de segurança nacional.” Já Herman (1991) define Inteligência como tudo aquilo que os órgãos governamentais oficiais de Inteligência produzem, restringindo-a à esfera estatal.

Outras definições corroboram os posicionamentos acima citados, variando sutilmente em função da proposta do autor. Para

Robert David Steele, defensor ferrenho da utilização de fontes abertas e principal executivo da empresa privada *Open Source Solution* (OSS), “inteligência é informação descoberta, discriminada, destilada e difundida para um decisor a fim de responder uma questão específica.”¹ Cepik (2003, p. 27-32), um dos principais pesquisadores brasileiros na área de Inteligência, reconhece a existência de duas correntes: uma define Inteligência como conhecimento ou informação analisada; a outra, mais restrita, como o mesmo que segredo ou informação secreta, pois se refere à “coleta de informações sem o consentimento.”

A definição de Herman é mais precisa, pois, além de não limitar a atividade ao campo do conflito, de desvinculá-la da incondicionalidade do segredo e de não excluir temas como “movimentos sociais” e “meio-ambiente”, também não permite que qualquer entidade que auxilie a tomada de decisões seja considerada um potencial produtor de Inteligência. Nota-se, no entanto, que todas as definições apresentadas parecem convergir ao afirmarem ou sugerirem que a responsabilidade de subsidiar o decisor seria a principal função da atividade dos órgãos de Inteligência.

Atender a solicitações das autoridades decisoras não constitui simples disseminação de dados coletados ou segredos roubados. O principal mérito da atividade de Inteligência – aquilo que a torna imprescindível para qualquer governo – é a competência de pôr em prática um conjunto de métodos materializado ao longo do “ciclo de inteligência”, além de fazê-lo com oportunidade, amplitude otimizada, o máximo de imparcialidade, clareza e concisão. Se adequadamente executada, a Inteligência pode se tornar explicativa e preditiva, qualidade que a diferencia da informação crua – o dado selecionado, mas não trabalhado.

¹ Para entendimento aprofundado da definição dada por Steele para inteligência de fontes abertas, ler: STEELE, 2001. p. 174-176.

Inteligência de fontes abertas no ciclo de Inteligência

O ciclo de Inteligência é descrito de diversas formas pela literatura especializada, já que, por se tratar de um método flexível, cada agência o desenvolve a seu critério. Cepik (2003, p. 32) pontua as 10 etapas que, segundo o autor, seriam identificáveis na maioria dos métodos empregados: requerimentos informacionais; planejamento; gerenciamento dos meios técnicos de coleta; coleta a partir de fontes singulares; processamento; análise das informações obtidas de fontes diversas; produção de relatórios, informes e estudos; disseminação dos produtos; consumo pelos usuários e avaliação.

As fases que abrangem a coleta especializada segundo fontes e meios utilizados para a obtenção das informações englobam basicamente quatro técnicas, convencionalmente separadas em três de cunho sigiloso e uma de natureza ostensiva. Nos países centrais, cerca de 80 a 90% dos investimentos governamentais na área de Inteligência são absorvidos por este estágio do ciclo. Os trabalhos acadêmicos que versam sobre Inteligência definem as técnicas de coleta através de acrônimos derivados do uso norte-americano: HUMINT (Inteligência de fontes humana), SIGINT (Inteligência de sinais), IMINT (Inteligência de imagens) e OSINT (Inteligência de fontes abertas).

OSINT é definida como a análise baseada na “obtenção legal de documentos oficiais sem restrição de segurança, da observação direta e não clandestina dos aspectos políticos, militares e econômicos da vida interna de outros países ou alvos, do monitoramento da mídia, da aquisição legal de livros e revistas especializadas de caráter técnico-científico, enfim, de um leque mais ou menos amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido sem restrições especiais de segurança.” (CEPIK, 2003, p. 32). A OSINT pode compor um documento como subsídio à análise, tais quais a HUMINT, SIGINT e IMINT, ou mesmo basear inteiramente um produto de Inteligência.

Vantagens: Por que recorrer às fontes abertas?

Durante seu mandato, o ex-presidente norte-americano Richard Nixon fez diversos comentários desfavoráveis à CIA, colocando em questão a utilidade de onerar o Estado ao pagar 40.000 funcionários para “ler jornal”. Da mesma maneira, ao explicar a função da atividade de Inteligência para audiências especializadas ou leigas, o ex-diretor da CIA, George Tenet, mencionava a seguinte frase: “Nós roubamos segredos.” Finalmente, nas brochuras dirigidas para o recrutamento de novos agentes do órgão central da Inteligência norte-americana, lê-se “Você tem a opção de ficar à margem, lendo sobre os eventos globais nos jornais. Ou você pode escolher estar no centro dos acontecimentos que moldam o mundo [...]” (MERCADO, 2004a).

Opondo-se às visões de Nixon e Tenet, Robert Steele argumenta que, depois de examinar as demandas feitas à Inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos num determinado espaço de tempo, chegou à conclusão de que mais de 80% delas poderiam ser atendidas por meio de fontes abertas, de maneira dinâmica e a baixo custo, se comparado ao orçamento destinado àquelas demandas supridas por onerosas operações de campo.

A maior parte dos gastos com espionagem seria, portanto, desnecessária, ocorrendo principalmente porque autoridades e acadêmicos tendem a confundir Inteligência com segredo. Em grande parte dos casos, quando questionados, tanto os consumidores dos produtos de Inteligência quanto os profissionais da área assumem que a informação sigilosa, buscada por meios sigilosos (técnicas operacionais), teria sempre maior valor para o decisor do que aquela pública, coletada através de métodos abertos.

No entanto, a separação entre o que é secreto e o que é ostensivo é incerta. Notícias em jornais muitas vezes são baseadas em informações consideradas secretas. Vazamentos, por exemplo,

mesmo quando raros, parecem ser inevitáveis. Recentemente o jornalista Bill Gert, do Washington Times, vazou documentos sigilosos, convertendo-os em fontes abertas. Algumas décadas atrás, durante a Segunda Guerra Mundial, um oficial do Office of Strategic Services (o órgão de Inteligência que precedeu a CIA) surpreendeu um almirante ao lhe mostrar que o uso do bombardeiro B-29, secreto para a Inteligência e as forças armadas norte-americanas, era informação pública no Japão, onde fora veiculada por uma rádio. (MERCADO, 2004b).

Além de não haver motivo para desconsiderá-las a priori, as fontes abertas demonstram ser capazes de nos conduzir a conclusões tão estratégicas quanto as fontes secretas, o que, por exemplos concretos, derruba o argumento de que quanto mais aberta a fonte, menor será sua capacidade de subsidiar o usuário. Os elementos desconexos que permitiam prever um iminente cisma sino-soviético foram inicialmente detectados pelo FBIS; em contraste, agentes de campo da CIA e diversos outros analistas erraram quando consideraram desinformação tais evidências. (MERCADO, 2004b). Durante a década de 1940, amigos e inimigos dos Estados Unidos mantinham-se *pari passu* com os avanços tecnológicos mais modernos e secretos no campo da aviação através da leitura do periódico *Aviation Week*, “carinhosamente” apelidado de *Aviation Leak*².

Por conseguinte, os mais ferrenhos defensores da OSINT questionam o porquê de se gastar milhões, por exemplo, em uma foto da superfície de um submarino tirada com um satélite espião se, talvez, a simples assinatura de um periódico especializado poderia proporcionar a foto do interior da mesma embarcação. Da mesma forma, compreensivelmente, os partidários das fontes abertas não encontram sentido na atitude de enviar agentes secretos para a China com a missão de fotografar uma ponte ou instalação,

² Em Inglês, o trocadilho ironiza o fato da revista *Aviation Week* (Semanário da Aviação) tornar públicos alguns dos projetos secretos norte-americanos no campo da aviação, o que caracterizaria um vazamento (*leak*).

caso as fotos destas possam ser encontradas depois de alguns cliques de mouse.

De acordo com Mercado (2004b), gerenciar a coleta de informação nos dias atuais “é menos um problema de se esgueirar em becos escuros em terras estrangeiras para encontrar algum agente secreto do que surfar na internet, debaixo das luzes fluorescentes de um escritório apertado, a fim de encontrar alguma fonte aberta”. Isso passou a ser, também, um exercício de eficiência e bom senso financeiro, que ressalta as capacidades de mesclar oportunidade e clareza, conhecer quem tem a informação e onde se encontra quem a detém.

Fica óbvio que a grande vantagem das fontes abertas é o alto grau de oportunidade e o baixo custo para obtê-las. A OSINT torna-se atraente principalmente em épocas de contingenciamento orçamentário e para aquelas nações que adotam o princípio da efetividade em seu arcabouço jurídico. Ampliam, portanto, as possibilidades da atividade de Inteligência.

Desvantagens e medidas a serem observadas quando do manuseio de fontes abertas

A inundação de dados gerada pela “democratização da informação” e pela popularização das tecnologias da comunicação aumentou a carga sobre decisores, como ressalta Farias (2005, p. 80), bem como impôs os possíveis três maiores entraves ao uso de fontes abertas: a quantidade exagerada e a eventual qualidade duvidosa da informação, além da falta de confiança na fonte, que está sujeita a medidas ativas de contra-espionagem (desinformação). Aparentemente, uma solução possível para este problema seria a seleção acurada de profissionais com perfil para coleta e análise de fontes abertas, além da criação de uma doutrina especial para o exercício da função destes profissionais.

A natureza da informação ostensiva, sua tendência a sobrecarregar o analista, sua vulnerabilidade e sua possível sujeição à baixa qualidade não parecem privá-la da capacidade de basear ou compor um relatório de Inteligência. Primeiramente, quando bem instruídos acerca dos instrumentos de procura de dados e das técnicas de validação de fonte e informação, os coletores poderão ser capazes de aliar tempo e qualidade ao utilizarem fontes abertas. Em segundo lugar, entre serviços de Inteligência, os focos e abordagens da análise de um mesmo tema não são necessariamente semelhantes em função da diferença de interesses e de situações que lapidam as demandas dos decisores; infere-se, portanto, que não é necessariamente ruim o fato de a informação estar potencialmente nas mãos dos concorrentes. Analistas da CIA, da Abin e do Mossad, por exemplo, podem compreender a mesma notícia de jornal de maneiras distintas em função da demanda de cada um de seus usuários, de suas prioridades, de seus parâmetros³ ou até mesmo de sua capacidade de análise. Finalmente, coletores e analistas preparados e especializados em suas áreas temáticas poderiam constituir um filtro capaz de reduzir os déficits analíticos causados por tentativas de desinformação ou pela má qualidade do dado.

Neste sentido, a vantagem competitiva entre os serviços de Inteligência não está centralizada na informação, mas na capacidade de seus agentes operacionais, ao aplicarem técnicas sigilosas com maestria e ao entenderem com clareza as necessidades do “cliente”; e na capacidade de seus analistas, ao se tornarem especializados em suas áreas temáticas e ao aliarem a capacidade de análise ao entendimento das demandas do usuário. Por isso, colocar profissionais despreparados para coletar ou analisar dados de fontes abertas poderia ser tão ineficaz quanto investir uma pessoa despreparada em uma função que a obrigaria a coletar e analisar IMINT, HUMINT ou SIGINT.

³ Cabe a colocação de que, tanto quanto o conhecimento sobre o tema e a capacidade de análise, a elaboração de um Plano de Inteligência pelos usuários constitui elemento fundamental para balizar as análises de Inteligência. Atualmente, o Brasil carece de um.

Alguns especialistas, todavia, consideram que, apesar de imprescindíveis, as fontes abertas dificilmente seriam eficazes no caso da necessidade de analisar regimes fechados. Arthur Hulnick, ex-agente da CIA, reconheceu a importância da Inteligência de fontes abertas, mas com a ressalva de que estas, no caso de regimes como o da Coreia do Norte, não serviriam de nada. Mercado (2004b) o contradiz, afirmando que, apesar de Pyongyang possuir apenas dois jornais (controlados pelo governo), permitir pouca saída e entrada de pessoas no país e apresentar alto risco para agentes infiltrados, bastaria ao analista especializado neste país saber que os jornais oficiais são armas de doutrinação de massas – servindo, portanto, como um demonstrativo das prioridades de Pyongyang – para produzir relatórios relevantes. Ademais, os jornais norte-coreanos reacionários, que poderiam servir de contraponto para fins de análise, proliferaram em Seul, Coreia do Sul.

Steele (2001) e Mercado (2004b) apontam o conhecimento de diversos idiomas como uma das principais características do profissional que lida com fontes abertas, já que grande parte das fontes abertas mais importantes pode ser encontrada em idiomas diferentes do inglês. O ensino de línguas estrangeiras em função da área de atuação direta dos serviços de Inteligência poderia ser, nessa linha, um ponto de partida no treinamento dos coletores e analistas de fontes abertas.

No caso brasileiro, por exemplo, os objetivos da política externa e das diretrizes da Inteligência atual – como combate aos entorpecentes, terrorismo e tecnologia – requerem profissionais de Inteligência preferencialmente conhecedores de idiomas como inglês, espanhol, árabe, francês, alemão e chinês, necessidade esta que poderia explicar a abertura de vagas para cargos de analistas especialistas nestes idiomas quando do último concurso da Abin.

Conclusão

A atividade de coleta e busca de informações faz-se presente em apenas uma etapa do ciclo de Inteligência que, apesar de ser de fundamental importância por alimentar o processo que resultará no produto de Inteligência, não deveria ser o ponto de referência que caracteriza a atividade fora dos limites da cinedramaturgia hollywoodiana. Neste sentido, não é possível imprimir juízo de valor aos dados, independente de sua natureza. Secretas ou não, as fontes não determinam a qualidade ou a importância do produto de Inteligência, mas sim os profissionais que o desenvolvem.

Ademais, o segredo pode apresentar-se distribuído nas diferentes etapas do ciclo em função das particularidades de cada demanda do usuário, porém se fará invariavelmente presente ao final do processo, ou seja, em todos os produtos de Inteligência, independente das fontes utilizadas. A atribuição de sigilo não deveria, portanto, limitar os instrumentos de coleta ou qualificar o trabalho de Inteligência, mas proteger o produto, o que incluiria tanto a fonte, quanto a informação, a análise particularizada e as intenções do decisor (que estarão claras caso o produto de Inteligência atinja sua meta). Assim, não parece haver contradição entre o uso de fontes abertas e a aceitação de que a atividade de Inteligência, por definição, envolve necessariamente o conflito e, conseqüentemente, a necessidade do segredo.

No entanto, desde já, é fundamental sublinhar que a utilização de fontes abertas, obviamente, não descarta as clássicas técnicas sigilosas. Russel Jack Smith, ex-diretor da CIA, afirma que, combinadas aos segredos roubados, relatórios diplomáticos e coletas técnicas, as fontes abertas constituem o que se entende por “intrincado mosaico” da Inteligência. (MERCADO, 2004b). Muitas vezes, a validação de uma fonte ou dado requererá o acionamento dos agentes de campo, bem como é certo que determinadas informações nunca serão encontradas em fontes ostensivas.

Ao ressaltarmos a importância da OSINT, chamamos a atenção para o aumento da quantidade das fontes abertas, assim como do acesso público a muitos dados que antes eram negados, e para a necessidade de nos adaptarmos a essa nova realidade, o que não significa a substituição da busca por dados sigilosos pela coleta de dados públicos, mas a otimização e a agilização do processo que permite à Inteligência subsidiar as decisões de seus usuários.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI & Abin**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BESSA, Jorge da S. A importância da Inteligência no processo decisório. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: Desafios para a atividade de Inteligência no século XXI, 3., 2004, Brasília. **Anais ...** Brasília: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

THE CIA uncovers a secret: how to look the things up on the internet. **The Sydney Morning Herald**, Sydney, AU, 29 nov. 2005. Disponível em: <http://smh.com.au/news/technology/cia-takes-up-blogging/2005/11/28/113302640_5281.html>. Acesso em: 27 dez. 2005.

FARIAS, Antônio C. F. A importância do conhecimento apreciação para a antecipação de fatos. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, DF., v. 1, n. 1, p. 77-80, dez. 2005.

FELIX, Jorge A. Afinal, o que faz a Abin? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2005. Disponível em: <<http://abin.gov.br/abin/artigo-gen-felix-140805>>. Acesso em: 22 dez. 2005.

FININ, Tim. CIA open source center. **E-Biquity Blog**, 26 nov. 2005. Disponível em: <<http://ebiquity.umbc.edu/blogger/?p=412>>. Acesso em: 22 dez. 2005.

FREGAPANI, Gélío. **Segredos da espionagem**: a influência dos serviços secretos nas decisões estratégicas. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

GILL, Peter. **Policing politics**: security intelligence and the liberal democratic state. London: Frank Cass & Co Ltda. 1994.

GLASSER, Susan B. CIA bloggers spy on internet: they dig for clues in public domain. **The News & Observer**, Raleigh, NC., 27 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.newsobserver.com/689/story/371519.html>>. Acesso em: 02 jan. 2006.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MERCADO, Stephen C. Reexamining the distinction between open source information and secrets. **Studies In Intelligence: Journal of the American Intelligence Professional**, Washington, v. 49, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.cia.gov/sci/studies/vol49/no2/reexamining_the_distinction_3.htm>. Acesso em: 18 dez. 2005.

MERCADO, Stephen C. Sailing in the Sea of OSINT in the Information Age. **Studies In Intelligence: Journal of the American Intelligence Professional**, Washington, v. 48, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/csi/studies/vol48no3/index.html>>. Acesso em: 27 dez. 2005.

NEW us intelligence center to exploit publicly available information. **Political Gateway**, 8 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.politicalgateway.com/news/read.html?id=5315>>. Acesso em: 05 jan 2005.

O NOVO conceito de Osint. **Jornal de Negócios On Line**, 18 nov. 2005. Disponível em: <http://www.negocios.pt/default.asp?Sql...ent_Opiniao&Cp ContentId=267733&Print=1>. Acesso em: 22 dez. 2005.

SHULSKY, Abram. **Silent warfare**: understanding the world of intelligence. New York: Brassey's, 1991.

SIMS, Jennifer. What is intelligence? Information for decision makers. In: GODSON, Roy (ed.). **U.S. intelligence at the crossroads: agenda for reform**. New York: Brassey's, 1995.

STEELE, Robert D. **On intelligence**: spies and secrecy in an open world. Virginia: OSS International Press, 2001.

Fontes abertas: Inteligência e o uso de imagens

Jó Klanovicz

Abin

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo avanço da democratização do acesso a informações em todas as áreas de conhecimento. (HOBSBAWM, 1998, p. 56). Como consequência, a oferta de “fontes abertas” de informações tornou a circulação de dados praticamente irrestrita, e reduziu, do ponto de vista quantitativo, os procedimentos de obtenção de dados de acesso controlado.

A era da informação, por meio da multiplicação de fontes abertas, tem influenciado o papel, os atributos e as estratégias da área de Inteligência, uma vez que o fluxo contínuo de dados torna-se território para a elaboração de novos estudos, formas e paradigmas de produção de conhecimento. Em virtude do deslocamento paradigmático é que, de acordo com Ugarte (2004, p. 94), a democratização do acesso à informação passou a ser incrementada e problematizada.

Trabalhar com fontes abertas no campo da Inteligência implica, portanto, considerar o acesso a dados em relação a aspectos doutrinários e jurídicos que ora favorecem sua aquisição e ora a cerceiam.

Como Inteligência corresponde a uma informação categorizada e específica que atende demandas de um certo cliente e que exige acuidade de análise, precisão de conteúdo, apresentação clara e objetiva do tema tratado, além de eficiência e rapidez na elaboração, as fontes abertas apresentam-se como instrumentos vantajosos para a obtenção de dados, ética e legalmente disponíveis e de baixo custo.

No amplo rol de fontes abertas, o processo de obtenção de dados incide, *grosso modo*, sobre ambientes (entidades e instituições, espaços públicos e privados, além de visitas *in loco*), pessoas (público em geral, aposentados, desempregados, informantes) e, tomando-se de empréstimo o jargão dos estudos historiográficos, fontes primárias e secundárias (bancos de dados, bibliotecas, mídia em geral, anais de seminários e congressos, conferências, notas de aulas e palestras, mapas e gráficos, serviços de referência, coleções iconográficas, hipertextos, fontes digitais e magnéticas).

Na era da informação, um dos principais espaços em que o profissional de Inteligência busca fontes abertas é a Internet. Trabalhar com fontes no “mundo digital” constitui tarefa relativamente fácil, no que diz respeito à coleta de dados, porém com a probabilidade de surgirem problemas no processamento das informações obtidas, especialmente no tocante a métodos de análise.

Qualquer fonte de informação está presa a uma temporalidade particular, além de estar inserida em dinâmicas sociais específicas e realidades sócio-culturais peculiares. Portanto, as fontes utilizadas pela Inteligência são historicamente contingentes e, nesse sentido, o concurso da História como campo específico de conhecimento pode auxiliar a Inteligência no processo de análise de dados.

Uma análise de dados que aproxime Inteligência e História com enfoque interdisciplinar poderia estabelecer perguntas de melhor qualidade aos dados, fornecendo também frações significativas mais vantajosas para a elaboração de um conhecimento específico de Inteligência, conforme o caso e a demanda exigisse.

Se as fontes abertas representam “destino irreversível” no emaranhado de documentos e de dados necessários ao conhecimento de Inteligência e se acreditamos que a História constitui campo de conhecimento necessário ao trato com tais fontes, de que forma os estudos históricos podem contribuir para o trabalho com esses

tipos de fonte? Quais as fontes abertas mais interessantes do ponto de vista do historiador que trabalha na Inteligência?

A primeira questão nos remete à contribuição da História em si como campo específico de conhecimento para a área de Inteligência e aos métodos que ela pode disponibilizar para aquela área.

Talvez seja melhor dizer o que a História não é do que arriscar uma conceituação generalizante. Contudo, não é errôneo considerar a História, de maneira genérica, como o campo do conhecimento que estuda “fatos, relações entre as sociedades e seus entornos, situações e comportamentos dos homens no tempo”, de acordo com a definição de Bloch (2004, p. 348). Isso implica considerar que a principal contribuição da área é a possibilidade de dar aos fatos sociais uma dimensão temporal, considerá-los contingentes, datados, produzidos sob determinadas condições, por atores sociais específicos, em regiões particulares, dispendo de projetos individuais ou coletivos e presos a estruturas sócio-culturais complexas e incapazes de serem descritas de forma totalizante e generalizante.

Como conhecimento crítico, a História oferece métodos de pesquisa com fontes, que vão da heurística interna e externa à serialização e decomposição dos acontecimentos, à utilização de métodos estatísticos para estabelecer relações entre diferentes eventos no tempo, à ligação de situações e eventos com estruturas mentais, culturais, psicológicas ou ainda à ligação de fatos sociais com o ambiente. Escrever uma História Ambiental, por exemplo, significa escolher um ângulo estratégico de conhecimento da realidade social, dos eventos, das situações, das pessoas em determinado tempo e espaço. Da mesma forma, escrever uma História Econômica significa escolher o ângulo estratégico de inferência tendo por base relações de troca.

Os ângulos variam de acordo com as fontes escolhidas para o trabalho de produção de conhecimento. As fontes, irrestritas ou de acesso controlado, representam, em última instância, o limite da metodização da verdade, ou seja, o limite intransponível de constituição do evento ou da situação social.

No rol praticamente inesgotável de fontes abertas, o analista deve optar por um ângulo específico de inferência sobre a realidade. Levando sempre em consideração demandas preliminares, o próximo passo é encontrar a abordagem necessária à formulação de uma resposta a uma questão-problema.

Este artigo pretende, na forma de hipótese, simular algumas questões metodológicas que poderiam surgir caso o analista de Inteligência se utilizasse da História como ciência auxiliar ao processo de produção de conhecimento em sua área, com uma fonte aberta peculiar: a imagem.

Optamos trabalhar hipoteticamente com a metodologia da História Visual. Por outro lado, consideraremos *imagem* como o documento de natureza imagética, ou seja, que visa a transmitir informações por meio de linguagem não-escrita, na forma de fotografia (de pessoas, situações, ambientes, comportamentos), fotografias em movimento (cinema), ou ainda de imagens não-fotográficas ou pára-fotográficas (tatuagens, caricaturas, charges, história em quadrinhos, pinturas, desenhos, paisagens ou *grafitti*).

A História Visual compreende um conjunto de métodos e técnicas que considera a imagem como uma fonte primária ou secundária dotada de sentidos e discursos próprios, tal qual um texto convencional e, nem por isso, de menor importância. (BURKE, 2004, p. 125).

Na era da informação, a imagem tem uma “superioridade relativa” sobre o texto escrito, especialmente porque, dentro da cultura visual, tende a ser reproduzida e consumida com maior rapidez e eficiência logística, atendendo melhor à difusão de discursos e criação de sentidos. (BERGER, 1987, p. 27).

O mundo pós-11 de setembro tem provado a premissa de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” na medida em que conflitos bélicos, mensagens terroristas, projetos e aspirações políticas ou símbolos de estado tornam-se cada vez mais publicizados por meio de espetáculos televisionados, fotografados, caricaturizados, desenhados ou transformados em obras de apelo visual.

A imagem aberta em suas múltiplas formas pode servir às estruturas de Inteligência, que necessitam, para melhor interpretá-la, produzir, incorporar ou adquirir fundamentos teórico-metodológicos de diversas áreas do conhecimento para o trato da gama irrestrita de dados visuais.

O amplo acesso a imagens em fontes abertas gera questionamentos tais como aqueles voltados à análise da imagem em relação ao contexto de produção; às relações diversas que podem ser estabelecidas entre o texto imagético e as intenções de quem o produz ou difunde; aos elementos que atestam as “intenções de verdade” do texto visual ou ainda à produção, de forma eficiente, de informações, desinformações e conhecimentos de Inteligência diversos oriundos de documentos visuais.

A Semiótica participa do consórcio Inteligência-História para o trabalho com a imagem. Santaella e Nöth (1999, p. 75) enfatizam a importância da Semiótica no trato de fontes visuais, para que se possa dissecar os elementos internos que compõem enredos e tramas de construção da imagem. Porém, o grande problema da Semiótica, se pensarmos na aplicabilidade à área de Inteligência, reside no poder de especificidade do objeto imagem, que dicotomiza a relação com o observador, por meio da fórmula objeto ativo/observador passivo. Em outros termos, a imagem analisada de forma isolada pela Semiótica torna-se bem detalhada em seus aspectos intrínsecos, mas carente de crítica do contexto de produção ou das relações de poder componentes do tecido social que a produziu.

Nesse sentido, acreditamos que a utilização da História Visual como instrumento teórico-metodológico para a análise de imagens oriundas de fontes abertas na estrutura de Inteligência pode trazer vantagens à pesquisa, por se tratar de uma ciência que transpõe os limites impostos à Semiótica por interpretar o conceito de imagem, não somente como fenômeno em si, mas como produto de uma cultura visual ampla, de importância estratégica para o entendimento de situações, fatos, pessoas, comportamentos, atitudes e ambientes.

Apesar de vivermos em uma era “imagética”, a construção de conhecimento ainda está arraigada ao texto convencional escrito, que posiciona, tradicionalmente, a imagem em segundo plano, na função de ilustração ou de síntese. (SAMUEL, 1998, p. 12). Inúmeros teóricos têm problematizado essa atitude, mas, em sua maioria, têm falhado no que diz respeito à consolidação de uma teoria da utilização da imagem como uma fonte de sentido em si, de si e para si.

Na Inteligência, o trato com imagens pode e deve superar as desvantagens da imagem-ilustração-secundária em relação ao texto-conhecimento-primário. Claro que existem impedimentos a isso que decorrem da própria vida social. Contudo, se aproveitássemos as especificidades da imagem, poderíamos diversificar as questões e ampliar o leque de interpretações de situações, de fatos, de pessoas.

Quais são as razões que sustentam a submissão da imagem ao texto?

A imagem possui caráter secundário ao texto no Ocidente desde a Antigüidade Clássica. A partir da filosofia platônica, a imagem vem sendo interpretada pelo valor afetivo, envolvida por relações de subjetividade com o leitor e possuindo uma autoridade

intrínseca. Dessa forma, ela tem adquirido funções pedagógicas, propedêuticas, moralistas, edificantes ou ideológicas.

Os descobrimentos fizeram com que a imagem passasse a ter novos usos, principalmente por meio da cartografia e da anatomia dos seres do Novo Mundo. No entanto, seu valor ainda continuou a ser ideológico e afetivo. Somente no século XVIII, com o surgimento da História da Arte, é que aparecerá o primeiro campo do conhecimento voltado à imagem, excetuando-se a Semiótica. (MENEZES, 2003, p. 15).

Interessa aqui perceber que a História da Arte não superou as funções já citadas da imagem, mas serviu para alavancar análises que buscariam entender as significações antropológicas, geográficas e históricas para padrões de imagens e proceder marcação e classificação documentais. Assim, metodizou-se a decodificação dos sentidos originais da imagem (Iconografia), culminando com sua inserção numa “visão de mundo” de que ela seria sintoma (Iconologia). (MENEZES, 2003, p. 15).

A História da Arte estava, portanto, receptiva à problemática não só da produção, circulação (vários tipos de mediações, entre elas a comercialização e a difusão) e representação de seus objetos, como também de sua apropriação e consumo. Aprendemos com a História da Arte a observar o visível (as cerimônias, hábitos, práticas, artefatos, contextos empíricos) e deles inferir o não-visível. Tornou-se possível compreender os mecanismos de produção do sentido da imagem.

Aplicar instrumentos da História da Arte para a interpretação e utilização da imagem dentro de documentos de Inteligência pode ser útil na medida em que, por meio dela, existem métodos para perceber variações de sentido e de forma das fontes visuais, a saber:

- ï o documento visual como registro produzido pelo observador;
- ï o documento visual como registro ou parte do fenômeno, da situação ou do dado observado; e
- ï a interação não-dicotômica entre o observador e o observado.

Dessa forma, muitas vezes, o atributo da imagem é mais importante do que saber quem a produziu. Também é necessário dar atenção à construção da imagem, às condições sociais de sua produção e de seu consumo.

História, Imagem e Inteligência

A contribuição da História Visual tem sido consolidar a idéia de imagem como fonte passível de crítica do pensamento histórico. Com isso, ela tem desenvolvido ou assimilado técnicas quantitativas e qualitativas de análise que incidem sobre os diversos produtos da cultura visual.

Por outro lado, o trabalho de Inteligência exige que as análises sobre dados levem em consideração a gama mais ampla possível de fontes de informação, sejam elas convencionais (na forma de texto escrito) ou não-convencionais (entre as quais insere-se a imagem em sentido lato). Dessa forma, quais as vantagens dos métodos históricos para a pesquisa na área de Inteligência?

Como exemplo das possibilidades que a História Visual trouxe à tona na pesquisa e na produção do conhecimento, tomamos de empréstimo a fotografia como produto material.

É comum o uso da fotografia como simples ilustração de outros textos. Porém, dentro da História Visual, a fotografia é con-

siderada texto que deve ser submetido ao questionamento sobre os recortes ideológicos que a compõem, mentalidades, tecnologia, comercialização, difusão, variáveis políticas, instituição do observador, padronização das aparências e modelos de apreensão visual, quadros do cotidiano ou ainda marginalização social.

Frente às técnicas de arquivamento e de armazenagem documental, a fotografia é o fenômeno que mais provocou investimento em documentação, com a organização de bancos de dados, a maioria já informatizados (grandes coleções institucionais de iconografia urbana, álbuns de família, documentação de categorias sociais, eventos ou situações, tais como guerras, conflitos, migrações, fome, pobreza).

Na organização das “memórias” pessoais ou institucionais, públicas ou privadas, a fotografia possui preeminência sobre outras fontes, pela praticidade e pelo apelo que apresenta. O fotojornalismo tem sido um grande fornecedor de matéria-prima para tais bancos, mas também tem construído modelos de visão, interpretação e difusão de situações, de eventos e de processos sócio-culturais e econômicos.

Partindo desse ponto de vista, o que é preciso considerar ao trabalharmos imagens como dados para a geração de conhecimento de Inteligência?

A História Visual é um campo operacional que elege a visualidade como ângulo estratégico de observação da sociedade. Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, em sua transformação.

A estrutura de Inteligência pode se aproveitar dessa abordagem da sociedade, dos feitos, dos acontecimentos, das situa-

ções, na medida em que utiliza documentos de natureza visual, porque as representações visuais (fotografia, artes plásticas, cinema, vídeo e TV, imagem cibernética, caricatura, história em quadrinhos, publicidade, pichações, imaginária popular, tatuagens, cartografia ou imagens científicas) são indicadores de tramas sociais, de relações de poder, de aspirações, de planos em torno dessas referências.

Dentro dessa abordagem, seria possível perceber relações de poder, aspirações, mensagens, tramas sociais em diversas formas de fontes abertas, compradas, inclusive, em bancas, tais como histórias em quadrinhos ou então presentes em murais e paredes com contornos de *grafitti*. Uma possibilidade e uma probabilidade de transmissão de informações sigilosas que, por meio de análise interdisciplinar envolvendo Inteligência e História, seria passível de criticidade.

Utilizar a imagem como fração significativa de um conhecimento de Inteligência gera a necessidade de se definir a unidade, a plataforma de articulação, o eixo de desenvolvimento analítico dentro da “problemática histórica” proposta pela pesquisa e não na tipologia documental de que ela se alimenta.

As fontes visuais não são objetos de investigação em si, mas meios para interpretar aspectos relevantes na organização, transmissão de mensagens, de dados, de informações, além de possibilitar o reconhecimento de ambientes e de situações que evidenciem oportunidades ou ameaças a interesses.

Não se trata de considerar a imagem como objeto em si, mas as organizações, os ambientes, os comportamentos, os processos que elas retratam. Utilizar a História Visual como recurso para a produção de conhecimento em Inteligência significa descobrir e reavaliar fundos documentais ou coleções bem definidas. A pesquisa deve estabelecer uma relação dialética entre os documentos visuais e o problema constituído para análise.

Faz-se necessário elaborar caminhos teórico-metodológicos objetivos para a delimitação e uso de imagens. O primeiro deles é percorrer o ciclo completo da produção, circulação e consumo da fonte visual a ser utilizada.

A existência de uma imagem mobiliza certos atributos e valores no tempo, no espaço, nos lugares, nas situações e nos agentes que a produzem. Não se deve somente encontrar seu significado essencial. A imagem é um texto, um enunciado.

Cabe à História Visual, em sua interação com a produção de conhecimento em Inteligência, ao utilizar fontes visuais abertas, a constituição de um corpo mínimo de informações controladas que permitam estudar as imagens como objetos materiais.

A imagem presta-se a diversos usos, entre os quais o de “fontes”, capazes de fornecer informações a uma questão do observador. Não é salutar entender a imagem somente por esse prisma. O emprego das imagens como fonte de informação é apenas um dentre vários usos.

O entendimento de que a imagem transcende a estrutura de documento-fonte favorece a possibilidade de compreendê-la na forma de reciclagem, aceitação de vários papéis, produção de diferentes efeitos para a mesma imagem.

Como forma de objetivação da imagem, a História Visual oferece três focos de investimento de atenções, os quais podem ser plenamente aproveitados para a produção de conhecimento de Inteligência, a saber:

- a) o visual, que engloba a “iconosfera” e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção/circulação/consumo/ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais;

- b) o visível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não–se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade e
- c) a visão, os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”.

O que se propõe aqui é o tratamento de imagens com base em métodos históricos que possam auxiliar a confecção de melhores e mais completos questionamentos sobre dados obtidos em fontes abertas por parte da estrutura de Inteligência.

Acredita-se que seja necessário buscar sempre o melhor atendimento dos propósitos e das responsabilidades no tratamento, na verificação dos dados, buscando-se ampliar o horizonte de ação e considerando-o como fruto de forças transformadoras da vida social. As imagens captam uma faixa significativa de fenômenos que as estruturas de inteligência não podem deixar de observar de perto.

Mesmo que a consideração da imagem como artefato esteja longe de caracterizar o tratamento-padrão do fotojornalismo, a necessidade de tratar quaisquer imagens como objetos de discurso em si e não somente como conteúdos secundários é uma necessidade. Esses documentos visuais remetem a questões de comportamento, o que pode favorecer a crítica sobre as condições de produção, de controle ideológico, os aspectos performáticos das formações discursivas e, principalmente, o que a imagem “pretende provocar” em quem a vê.

Referências bibliográficas

BERGER, John. **Modos de ver**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EdUSC, 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EdUSC, 2004

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MENEZES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 4-40, jul. 2003.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1998.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem**: cognição e semiótica. São Paulo: Iluminuras, 1999.

UGARTE, José Manuel. Professionalism issues in intelligence. In: SWENSON, Russel G.; LEMOZY, Susana C. (Ed.). **Intelligence professionalism in the Americas**. Washington, DC.: CSIR, 2004. p. 89-108.

Inteligência de segurança pública e análise criminal

Alexandre Lima Ferro

Abin

Introdução

A Análise Criminal (AC) é um recurso aplicado na produção de conhecimento policial no contexto da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP). Com a utilização da AC, é possível identificar, avaliar e acompanhar sistematicamente o fenômeno da criminalidade de massa. A AC tem a finalidade precípua de instrumentar os operadores da segurança pública, servindo de suporte administrativo, tático e estratégico para as atividades de previsão, prevenção e repressão do crime e da violência.

A ISP tem sido apontada ultimamente no Brasil como um instrumento essencial para o enfrentamento do problema da criminalidade crescente que o País atravessa. É comum a referência, tanto entre os operadores políticos quanto da Segurança Pública, que “o problema da criminalidade e da violência deva ser combatido com o suporte das ações de Inteligência Policial”.

Mas, afinal, o que é Inteligência? Segundo disciplinado na Lei nº 9.883, (BRASIL, 1999), Inteligência é “a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”. A mesma lei, na busca de proporcionar o necessário suporte para a atividade que ela define, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), juntamente com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

É na esteira da Lei nº 9.883 que nasce o Decreto nº 3.695 (BRASIL, 2000), norma que institui o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) no âmbito do Sisbin. Mais recentemente, o Decreto nº 4.376 (BRASIL, 2002), regulamentou o Sisbin, em que está inserido o SISP.

Além da recente legislação referente à ISP, podem ser também verificadas iniciativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ), no sentido da constituição, formação e integração de bases agregadas de dados nacionais sobre a criminalidade. Vale citar a criação, em 1995, por meio de decreto datado de 26 de setembro daquele ano, do “Programa de Integração das Informações Criminais”, constituído pelos Cadastros Nacionais e Estaduais de Informações Criminais, de Mandados de Prisão, de Armas de Fogo e de Veículos Furtados e Roubados, peça normativa complementada e regulamentado em portaria de 7 de dezembro de 1995 do ministro da Justiça. Tal Programa deu origem ao atual Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública, conhecido como Infoseg¹:

O INFOSEG (Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública) é um sistema de uso restrito dos órgãos que compõem a área da justiça e da segurança pública, tendo como escopo integrar todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça.

Dentro desse contexto, inserem-se hoje algumas instituições policiais, tanto judiciárias quanto ostensivas. A exemplo, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), que possui atualmente um moderno sistema de gerenciamento de dados relacionados aos

¹ Secretário visita instituições norte-americanas para aperfeiçoar INFOSEG. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/noticias/2002/novembro/RLS141102-senasp_EUA.htm>. Acesso em: 9 mar. 2005.

atendimentos realizados pela instituição, incluindo ocorrências policiais, com os dados respectivos passando a estar consolidados no chamado Sistema de Controle de Ocorrências Policiais (SISCOP). A PMDF possui um Centro de Informação e de Administração de Dados (CIAD), unidade de assessoria ao comando da instituição, tendo como atividade primordial gerenciar dados operacionais, os do SISCOP inclusive, através da aplicação de modernos instrumentos da Tecnologia da Informação (TI)². Também a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) possui um sistema informatizado de gerenciamento de dados criminais (Sistema MILLENIUM)³ de grande abrangência e detalhamento.

Gottlieb (1998, p.13), conhecido internacionalmente por suas atividades de treinamento técnico-profissional em segurança pública, mais especificamente em AC, é membro do *Alpha Group Center* da Califórnia, Estados Unidos da América (EUA)⁴. Ele define a AC da seguinte maneira:

A Análise Criminal é um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão das atividades criminais (GOTTLIEB, 2002. p.13).

² www.pmdf.df.gov.br. Acesso em: 9 mar. 2005.

³ ww.pcdf.df.gov.br/ e www.pmdf.df.gov.br. Acesso em: 5 mar. 2005

⁴ “The Alpha Group Center for Crime & Intelligence Analysis Training” (Centro Grupo Alfa para Treinamento em Análise Criminal e de Inteligência) é constituído por consultores profissionais em treinamento e pesquisa que disponibilizam seus conhecimentos e experiência prática para organizações de justiça criminal, segurança pública e de apoio a vítimas do crime. Ele inclui psicólogos, sociólogos, matemáticos, especialistas em tecnologia da informação, cientistas comportamentais e indivíduos especialistas de outras disciplinas correlatas, devidamente qualificados (...). Disponível em: <http://www.alphagroupcenter.com/About_AG.html>. Acesso em: 9 mar. 2005.

Dentro da ISP, a AC representa hoje uma ferramenta capaz de contribuir para a identificação, o acompanhamento e a avaliação de fenômenos criminais, com o propósito de instrumentar o processo decisório dos gestores e operadores diretos da segurança pública.

Uma outra instituição policial que já se beneficia da AC é a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Aquela instituição implementou o Projeto MAPA na cidade de Belo Horizonte⁵, iniciativa desenvolvida em cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

O projeto MAPA consistiu na utilização intensiva de informações oriundas dos atendimentos de ocorrências policiais registradas pela PMMG, com o fito de instrumentar o planejamento operacional e o desenvolvimento decorrente de programas e projetos de controle da criminalidade. Ele desdobrou-se em duas etapas: a primeira com a organização das bases de dados, de modo que elas pudessem ser utilizadas de forma georeferenciada por analistas devidamente treinados. Numa segunda fase foi expandida a população de usuários de tal sistema de estatística e georeferenciamento, alcançando o nível dos operadores diretos do policiamento ostensivo, mediante o treinamento dos gestores tático-operacionais no âmbito das companhias de policiamento.

Para a realização da AC existem hoje diversas ferramentas de TI, utilizáveis para coleta, busca, análise e gerenciamento de dados e informações criminais. Com essa finalidade, estão atualmente disponíveis aplicativos computacionais, tanto gerais quanto específicos. Tais aplicativos permitem a realização de pesquisas em grandes bases de dados, ensejando a produção de análises

⁵ Projeto MAPA de Belo Horizonte. <http://monica.crisp.ufmg.br/mapabh.htm>. Acesso: 9 mar. 2005.

com a utilização de funções estatísticas computadorizadas. Na atualidade, porém, tais possibilidades foram ainda mais ampliadas com o advento dos chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) ou *Geografic Information Systems* (GIS). Com eles, os produtos da AC passaram a poder ser apresentados visualmente em mapas, gráficos digitais e mesmo animações, algumas vezes incorporando dados adicionais quase que imediatamente após seu registro, quando de novas ocorrências policiais.

O governo do Estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo projeto que visa a implementar o emprego da AC com TI para melhor orientar a ação policial⁶:

Saber onde os crimes acontecem, de que forma e por quem. Isso é o que um sistema que envolve geotecnologias e que está sendo implantado pela Segurança Pública do Rio de Janeiro está fazendo. O principal objetivo é identificar relações entre variáveis como método, data-hora, local e instrumentos utilizados por criminosos, entre outras possibilidades, para se chegar à descoberta e prisão dos autores de delitos.

Instituições policiais de países desenvolvidos utilizam sistemas que integram dados e informações oriundos dos diversos órgãos da segurança pública, Poder Judiciário e sistema prisional. É o caso do *National Crime Information Center* (NCIC)⁷ (Centro Nacional de Informação Criminal) gerenciado pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos EUA. E é esse também o caso do *National Criminal Intelligence Service* (NCIS) do Reino Unido⁸.

⁶ Geotecnologias ajudam a solucionar crimes. Disponível em: <www.gisbrasil.com.br/imprensa.asp?cod=37>. Acesso em: 9 mar. 2005.

⁷ Maiores informações em: <www.fbi.gov/hq/cjisd/ncic.htm>. Acesso em: 9 mar. 2005.

⁸ Maiores informações em: <<http://www.ncis.co.uk>>. acesso em: 30 out. 2004.

Inteligência de segurança pública: antecedentes históricos

É bastante antiga a percepção da necessidade de informações para uma melhor tomada de decisão. Sun Tzu (1983), autor do clássico *A Arte da Guerra*, obra elaborada por volta de 500 anos antes de Cristo, já abordava a necessidade do emprego da Inteligência:

Os espões são os elementos mais importantes de uma guerra [...] Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas [...] Dessa maneira, apenas o governante esclarecido e o general criterioso usarão as mais dotadas Inteligências do exército para fins de Inteligência, obtendo, dessa forma, grandes resultados.

A Bíblia Sagrada, em seu Antigo Testamento, também faz referência à necessidade de informações para a tomada de decisão. As escrituras apontam que Moisés, no episódio em que espões foram enviados à terra de Canaã (Bíblia Sagrada, Livro dos Números – Cap.13, Versículos 17-20), assim apontou instruções àqueles que poderiam ser hoje considerados doze “agentes de Inteligência”:

Tomem este caminho, e subam a montanha, e vejam qual é a terra; e o povo que nela habita, se é forte ou fraco, poucos ou muitos; e vejam o lugar onde eles vivem, se é bom ou mau, e em que cidades eles moram, se fortificadas ou não; e como é a terra, se acidentada ou plana, se há florestas ou não.

A necessidade de informação para a tomada de decisão surgiu quando o homem primitivo passou a viver em grupos e disputar recursos e territórios com facções rivais.

A necessidade de sobrevivência os levaria aos seguintes questionamentos acerca de tais grupos rivais:

- ï se a área por eles dominada era farta em alimentos;
- ï se eram seguras suas cavernas;
- ï se eram muitos ou poucos;
- ï se eram fortes ou fracos;
- ï se eram hábeis no emprego de armas; e
- ï se era possível vencê-los.

A atual Inteligência de segurança pública

O mundo atual não é tão diferente daquele dos tempos de Sun Tzu. Persiste a necessidade da informação para a tomada de decisão. A informação permanece como um recurso estratégico, já que segue sendo utilizada em várias áreas de aplicação contemporâneas. É esse o caso da Inteligência Competitiva, hoje intensamente aplicada e estudada no mundo empresarial. Matriz principal de todas as outras, é a Inteligência de Estado classicamente utilizada no trato de grandes questões político-estratégicas de interesse dos Estados Nacionais.

Necessário, entretanto, fazer a distinção entre Inteligência e Informação. Para Lowental (2003, p. 8), um aspecto básico que diferencia as duas expressões é que a Inteligência seria a informação elaborada para suprir as necessidades dos tomadores de decisão, enquanto a informação seria tudo aquilo passível de ser conhecido:

Para muitas pessoas, Inteligência parece pouco diferente de informação, exceto que ela é provavelmente secreta. Todavia, é importante distinguir as duas. Informação é tudo que possa ser conhecido, indiferentemente de como ela tenha sido descoberta. Inteligência refere-se à informação que reúne as necessidades indicadas ou compreendidas pelos tomadores de decisão e foram coletadas, refinadas e estreitadas para ir ao encontro daquelas necessidades.

Tarapanoff (2001, p. 45), numa abordagem organizacional da Atividade de Inteligência (AI), defende que a Inteligência Empresarial é um processo que emprega um conjunto de ferramentas para gestar a informação com vistas ao planejamento, administração estratégica e tomada de decisão da organização. Para a autora, a Inteligência é um processo sistemático que transforma pedaços esparsos de dados em informação útil para a tomada de decisão.

No âmbito da segurança pública, a atividade de Inteligência é decorrência do disposto em legislação específica, conforme se adiantou ao início do presente artigo. A legislação federal, ainda que não definindo de forma direta o que seja Inteligência de Segurança Pública (ela o faz em relação à atividade de Inteligência como um todo, particularmente a Inteligência de Estado), baliza genericamente todas as outras modalidades de Inteligência.

Recordando, o artigo 2º do Decreto nº 4.376 (BRASIL, 2002), assim posiciona a atividade de Inteligência:

Entende-se como Inteligência a atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Já o parágrafo 3º do Art. 2º do Decreto nº 3.695 (BRASIL, 2000), tratando de Inteligência de segurança pública, dispõe sobre o tema da seguinte maneira:

Cabe aos integrantes do Subsistema, no âmbito de suas competências, identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

A Senasp, numa clara alusão ao texto legal citado, define a ISP como atividade sistemática de produção de conhecimentos de interesse policial, apoiando as atividades de prevenção e repressão dos fenômenos criminais:

[A ISP] é o exercício sistemático de ações especializadas para identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, bem como para a obtenção, produção e salvaguarda de conhecimentos, informações e dados que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

Gottlieb (1994, p.11), adota a seguinte tipologia de classificação da ISP de acordo com quatro espécies de análise: Análise Criminal (AC), Análise de Inteligência (AnIntel), Análise Operacional (AnOp) e Análise Investigativa (AnInv).

Entre os quatro tipos de análise citados, verifica-se que a AC corresponde ao tipo de análise em que é procedido o estudo de fenômenos criminais objetivando um melhor direcionamento da gestão da segurança pública⁹. A AC é, portanto e essencial-

⁹ Esclarecimentos sobre os demais tipos de análise ver (DANTAS; SOUZA, 2004).

mente, o tipo de análise capaz de indicar a incidência de ocorrências da chamada “desordem” e de tipos penais (crimes e contravenções) em sua distribuição espaço-temporal, incluindo os locais de sua maior incidência espacial e/ou temporal (*hot spots* ou pontos quentes). Assim, a AC pode fornecer subsídios para orientar diferentes ações, abrangendo o interesse estratégico e tático-operacional das diversas áreas de atuação dos agentes da segurança pública, agentes de trânsito, bombeiros militares, guardas municipais e policiais em geral. Dantas (2002, p.1) cita que, segundo William Bieck, a AC deva ser executada em benefício da ISP:

A análise criminal inclui a identificação de parâmetros temporais e geográficos do crime, proporcionando indicações que poderão contribuir para seu esclarecimento, incluindo a identificação de delinqüentes eventuais e contumazes e a reunião de informações em prol da Inteligência Policial.

Análise criminal

Ainda são poucos os autores brasileiros que tratam da AC. Já nos países anglo-saxônicos, incluindo Austrália, Canadá, EUA e Reino Unido, são inúmeras as produções científicas na área. Dantas (2003, p. 1) defende que:

A “atividade policial guiada pela Inteligência” (*Intelligence-led policing*) é um termo que muito recentemente começou a ser usado no Canadá e Estados Unidos da América (EUA). Função até mesmo dessa novidade de uso, a expressão ainda não tem uma definição única plasmada pelo consenso geral. É de entendimento comum, entretanto, que a “atividade policial guiada pela Inteligência” inclua, fundamentalmente, a coleta e análise de

informação para elaboração de um produto final — conhecimento — criado para instrumentar o processo decisório da gestão policial, tanto através da análise criminal tática quanto estratégica.

Pereira (2003, p.1) ressalta a importância da AC na busca do controle da criminalidade:

A análise tendencial da criminalidade, baseada em dados estatísticos, amostragens, gráficos, tabelas, pesquisas, cruzamento de informações [...] é da maior importância para compreender o fenômeno social do crime e, sob a visão técnico-policial, prever ocorrências futuras e planejar ações com maiores probabilidades de êxito no controle da criminalidade.

O que vem então a ser a AC? Respondendo tal questionamento, Furtado (2002, p. 171) aponta que, na visão de Dantas, a Análise Criminal é um processo analítico e sistemático de produção de conhecimento que se realiza a partir do estabelecimento de correlações entre fatos delituosos ocorridos e os padrões de tendência da “história” da criminalidade de um determinado local ou região. Já para Peterson (1994, p.1), “Análise Criminal é a particular aplicação de métodos analíticos em dados coletados, para fins de investigação criminal ou pesquisa criminal”. Gottlieb (Apud Dantas; Souza, 2004) explica a AC da seguinte maneira:

Análise criminal é um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminosas.

A Análise Criminal é, portanto, um processo sistemático de exame da tendência histórica de incidência da criminalidade, realizado com base nos registros de atendimentos de ocorrências policiais em determinada área geográfica e série histórica, com vistas a assessorar a tomada de decisão no sentido de melhor alocar os recursos humanos e materiais das instituições policiais.

Conclusões

Conforme verificado na Introdução do presente artigo, a criação do INFOSEG no Brasil e o exemplo do NCIC nos EUA indicam que a integração e o compartilhamento de dados e informações entre as instituições policiais nos níveis estadual e federal é de fundamental importância. A integração pode ser um fator determinante do sucesso de ações pertinentes ao combate sistemático à criminalidade. Decorre daí, a necessidade de integração de todas as instituições envolvidas com a Segurança Pública.

Com a execução da AC, as instituições de segurança pública estarão melhor assessoradas no processo de tomada de decisões para emprego do policiamento ostensivo e judiciário, ficando também mais preparadas para atender às necessidades do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, conforme especificado no parágrafo 3º do Art. 2º do Decreto nº 3.695 (Brasil, 2000):

Cabe aos integrantes do Subsistema, no âmbito de suas competências, identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

Tendo sido o Sisp criado no âmbito do Sisbin, o produto da AC beneficiará também a Abin. Para tanto, há a necessidade de integração e compartilhamento de dados e informações entre todas as instituições que compõem o Sisbin e o SISP.

A AC constitui um meio capaz de indicar locais de maior incidência de crimes, valendo-se da determinação da tendência histórica dos fenômenos criminais em uma determinada área, levantando os fatores que contribuem para tal incidência, o que conduz a uma melhor tomada de decisão para prevenção e repressão do crime e da violência.

De acordo com Pereira (2003, p.7), o emprego sistemático da AC permite:

- a) Identificar a existência, surgimento e evolução de padrões e tendências dos crimes;
- b) identificar as áreas com maior incidência de determinadas categorias de crimes;
- c) subsidiar o planejamento do policiamento ostensivo;
- d) melhorar uso dos recursos operacionais disponíveis;
- e) diminuir custos e positivar a relação custo-benefício;
- f) avaliar o desempenho dos policiais em todos os níveis corrigindo os erros e os rumos das ações; e
- g) promover a eficácia da ação policial.

Para Dantas, Souza e Gottlieb, a AC deve ser executada no contexto Atividade de Inteligência visto ser a área de Inteligência a encarregada de assessorar as autoridades com conhecimentos oportunos e essenciais ao processo de tomada de decisões.

Em suma, face à grande quantidade de dados referentes aos atendimentos e ocorrências policiais, torna-se humanamente

impossível fazer inferências sobre um vasto amontoado de registros, sem a possibilidade de recorrer ao uso de ferramentas tecnológicas. Assim, são ferramentas essenciais ao analista criminal: planilhas eletrônicas, acesso eletrônico aos diversos bancos de dados, gerenciadores de banco de dados e conexão à rede mundial de computadores (Internet). Também é necessária a capacitação para uso de tais ferramentas, bem como a satisfação aos pré-requisitos de integração e interoperabilidade nos níveis federal, estadual e municipal.

AAC é um processo de grande utilidade para a ISP e para a Inteligência de Estado pois tem o potencial de produzir conhecimentos a serem utilizados pelos tomadores de decisões e pelos formuladores de políticas públicas nos níveis estadual e federal em benefício da sociedade e do Estado.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 30 out. 2004.

_____. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 13 set. 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2004.

_____. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2004.

_____. Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2004.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Rio de Janeiro: Imprensa bíblica do Brasil, 1952. cap. 13, vers. 17-20.

DANTAS, George Felipe de Lima. **A gestão científica da segurança pública**: estatísticas criminais, Paper elaborado em: 2002. Disponível em: <<http://www.vivaciência.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2004.

_____. **Novos rumos da inteligência policial**. Paper elaborado em: 2003. Disponível em: <<http://www.peritocriminal.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____; SOUZA, Nelson Gonçalves de. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial**. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2004. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2004.

FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida. **A percepção dos sistemas e tecnologias da informação (SI/TI) pelos gestores da PMDF**: uma pesquisa amostral. Brasília: UCB, 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado)-Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 264 p.

GOTTLIEB, Steven. **Crime analysis**. Califórnia: Alpha Publishing, 1998. 596p.

KRIZAN, Lisa. **Intelligence essentials for everyone**. Washington, DC: Joint Military Intelligence College, 1999.

LOWENTAL, Mark M. **Intelligence: from secrets to policy**. 2 ed. Washington, DC: CQ Press, 2003. 274 p.

OSBORNE, Deborah. **Introduction to crime analysis**. United States: The Haworth Press, 2003. 156 p.

PEREIRA, Eliúd Gonçalves. **Gestão e o uso da inteligência na polícia**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.sspj.go.gov.br/artigo.php?artigo=15>>. Acesso em: 15 nov. 2004.

PETERSOSN, Marilyn B. **Applications in criminal analysis**. United States: Praeger, 1994. 312 p.

SOUZA, Nelson Gonçalves de. **Integração de sistemas de informação na segurança pública do Distrito Federal: um modelo de consenso e suas possibilidades**, 2003. Dissertação (Mestrado)-Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

SOUZA, Nelson Gonçalves de; DANTAS, George Felipe de Lima. A integração de sistemas de informação: base para a gestão do conhecimento, inteligência policial e análise criminal. In: SIMPÓSIO NACIONAL: INTELIGÊNCIA POLICIAL E CRIMINALIDADE DE MASSA, 1., 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ABIN, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.fenapef.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

TARAPANOV, Kira. **Inteligência organizacional e competitiva**. São Paulo: UNB, 2001.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Adaptação de James Clavell. Rio de Janeiro: Record, 1983. 111 p.

O desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de Inteligência: um estudo comparativo entre Brasil, Reino Unido e Estados Unidos da América

Guilherme Augusto de Camargo Rosito

Abin

Treinamento e Desenvolvimento caracterizam-se por uma seqüência de atividades planejadas para proporcionar a um indivíduo ou grupo a melhora de seu desempenho. Quando uma organização percebe queda na produtividade, uma das possíveis causas é que os servidores não possuem os requisitos necessários para a execução de suas funções. Para Mager (1976), uma demanda de treinamento se configura quando determinado indivíduo executa, ou irá executar, uma função onde as competências requeridas são diferentes das que ele possui. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas é um processo planejado, coordenado e avaliado, pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais às suas atividades profissionais presentes ou futuras.

Diversos quadros teóricos foram elaborados para analisar o fenômeno Treinamento e Desenvolvimento. O objetivo central destas análises é fornecer um modelo eficaz para medir em que nível os objetivos projetados foram alcançados. Em outras palavras, qual o resultado da iniciativa realizada pela organização em sanar a discrepância entre as competências dos treinandos e os requisitos da atividade. Kirkpatrick (1976) e Hamblin (1978) dividiram o objeto da avaliação em níveis (1. Reação dos treinandos; 2. Aprendizagem; 3. Comportamento no cargo e 4. Resultados para a organização), sendo que a avaliação positiva de um nível era preditora de sucesso nos estágios subseqüentes.

Partindo das oportunidades de melhoria do modelo de Hamblin, Borges-Andrade (1982, em Borges-Andrade 2002) construiu um quadro teórico metodológico inteiramente novo: o chamado Modelo de Avaliação Integrado e Somativo (MAIS). Este se destaca por ir além do mero julgamento dos resultados do evento instrucional, permitindo ao pesquisador construir conhecimento sobre a própria metodologia de Treinamento e Desenvolvimento adotada.

O MAIS divide o sistema instrucional em 5 níveis:

1. ambiente (que é subdividido em Avaliação de Necessidades, Apoio, Disseminação e Resultados em Longo Prazo);
2. insumos;
3. procedimentos;
4. processos e
5. resultados.

Cada um desses níveis é avaliado em um momento específico, sendo que um bom resultado em determinado nível não é preditor de sucesso para o próximo. Pesquisas mais recentes comprovam a existência de influências diferenciadas para cada um dos níveis no peso final da avaliação do treinamento. Abbad, Pantoja e Pilati (2001) demonstraram a influência decisiva da variável apoio na eficácia geral do evento instrucional (apoio significa a medida em que o ambiente geral da organização, as suas políticas e o planejamento estratégico são compatíveis com o programa de treinamento adotado). Não obstante, permanece a suma importância de todos os outros níveis, com destaque para as características da clientela e suas percepções acerca do processo e da organização (ABBAD; GAMA; BORGES-ANDRADE, 2000).

A metodologia de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a Atividade de Inteligência é um fértil campo de estudos, se tomada como base o aspecto peculiar do serviço e a neces-

sidade de alguns requisitos atitudinais indispensáveis nos treinandos: a discrição, o senso ético, o controle emocional, a adaptabilidade e a lealdade, entre outros. Tais requisitos, somados a certas habilidades específicas compõem o perfil do aspirante à carreira de informações. Conforme demonstrado por Platt (1974), o processo de formação do oficial de inteligência não encontra paralelo na educação universitária tradicional. O autor diz que “da forma como praticamos hoje em dia, as informações têm o talhe de uma profissão ao invés de serem uma profissão” (1974, p.286). Em outras palavras, trata-se de uma carreira com características semelhantes à muitas outras, mas com um processo de formação e aperfeiçoamento profissional peculiar e ainda não consolidado. Toda a produção de conhecimentos acadêmicos relacionados à profissão de inteligência constitui uma contribuição significativa para o corpo teórico metodológico da atividade.

A partir do quadro exposto, torna-se possível e interessante utilizar o MAIS para avaliar os processos de formação do profissional de inteligência. A aplicação deste modelo, por sua característica de demonstrar as necessidades de melhoria nos processos estudados, virá a preencher algumas das lacunas existentes no escopo da atividade de Formação e Desenvolvimento de pessoas para a Atividade de Inteligência. A avaliação da variável “insumos” (os aspirantes à carreira) é o primeiro passo fundamental nesse sentido. É até lógico que, num processo de treinamento de pessoal, a primeira pergunta a ser feita seja: “quem é o pessoal a ser treinado”.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise inicial sobre como são recrutados, selecionados e avaliados os sujeitos inscritos em cursos de formação em inteligência no Brasil, Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido à luz do modelo MAIS. Tal avaliação pretende-se um ensaio inicial, abrindo a possibilidade de realização de pesquisa acadêmica e a construção de conhecimento significativo para contribuir no processo estudado. Para o propósito deste estudo foram analisados a Agência Brasileira de Inteligência (Abin - Brasil), a Agência Central de Inteligência (CIA - EUA)

e o Serviço de Segurança (mais conhecido pela antiga denominação MI5 – Reino Unido). As fontes de informação utilizadas foram bibliografia publicada sobre a história e estrutura dos serviços norte-americano e britânico, material didático e informativo classificados do Curso de Formação em Inteligência de 2005 da Abin e informações sobre seleção e treinamento contidas nos sites das instituições na *web*.

Processo de recrutamento e seleção no Serviço de Segurança (MI5)

O processo de admissão no Serviço de Segurança britânico tem como um de seus meios de divulgação o site na *web* do órgão <<http://www.mi5careers.co.uk/pages/homepage.Asp>>. As características desejáveis para os candidatos são divulgadas para cada vaga específica, sendo que os procedimentos são diferentes para cada posição. O processo de recrutamento é baseado em testes de conhecimentos e habilidades, além de visitas e entrevistas com os recrutadores. A duração do recrutamento varia de acordo com o candidato e a vaga pretendida. Informações sobre a evolução do candidato podem ser obtidas nas fases iniciais mediante contato com a Agência de Recrutamento do MI5. Em fases avançadas, o progresso do candidato é informado diretamente pelos recrutadores. Os aspirantes passam por exames do currículo, condições médica e psicológica, que variam de acordo com as exigências de cada função.

Esta etapa inicial se completa com o procedimento de Investigação de Segurança. O *site* informa que o método utilizado é o mais abrangente procedimento de investigação para obtenção de credencial de segurança utilizado no Reino Unido. Candidatos que já possuem credenciamento por virem de outros órgãos que permitiam acesso a material sensível podem pular algumas etapas, mas

não todo o processo. O MI5 aceita candidatos que tenham ficha criminal, ou que admitam já terem usado drogas psicotrópicas, mas explica que cada caso será analisado separadamente, não dando garantias de efetivação nestes casos.

Após a investigação de segurança é realizado o treinamento. Para cada cargo, o processo é diferenciado, em função das competências específicas exigidas. A etapa inicial é a mesma para todos e tem a duração de 8 dias. A duração das demais etapas não consta nas informações publicadas, uma vez que é variável por função. O site contém uma descrição básica de cada função, onde constam os atributos atitudinais esperados, a descrição geral do processo seletivo e, para a unidade de idiomas, uma descrição de um dia típico na vida de um funcionário ocupante daquela vaga (incluindo: “ir a cafeteria tomar um leite e comer umas torradas”). A linguagem utilizada é bastante informal e amistosa (por exemplo: “se você tem estas características, mais uma mente questionadora e analítica, uma atitude flexível para trabalhar e autodisciplina, que tal candidatar-se?”). A ficha de inscrição deve ser solicitada por meio de preenchimento de um formulário disponível no site, ou por ligação telefônica à Central de Recrutamento do órgão. É advertido que “todas as ligações podem ser monitoradas para propósitos de segurança ou treinamento”.

Processo de recrutamento e seleção na CIA

O serviço de inteligência norte-americano também possui uma central de recrutamento que pode ser acessada por seu sítio na web. O processo de recrutamento é diferente para cada cargo e, conforme o site da agência descreve, pode durar de dois meses até um ano <<http://www.cia.gov/employment/apply.html>>. As posições oferecidas se dividem segundo as áreas de trabalho da própria agência: Ciência, Tecnologia, Engenharia, Análise, Centro de Línguas, Áreas Profissionais (Administrativas) e Serviço Operacional. Para

orientar os candidatos, a CIA oferece um questionário inicial que serve para relacionar as principais competências dos candidatos com os requisitos dos cargos oferecidos no site. Para cada um há informações adicionais cobrindo, desde os requisitos da função, até características do trabalho e informações sobre o processo seletivo. Há também para cada cargo um vídeo motivacional com a atriz Jennifer Garner (que interpreta o papel de uma agente da CIA num seriado da rede de TV ABC) descrevendo as vantagens de se trabalhar em cada área.

Todos os candidatos devem ser aprovados em exames médicos e psicológicos, além de passar por investigação de segurança e testes com o polígrafo (detector de mentiras). É avisado aos candidatos que, mesmo após sua contratação, a agência continuará realizando investigações periódicas, inclusive, repetindo o teste com o polígrafo. O uso recente de drogas é citado como uma das razões mais comuns pela qual a credencial de segurança pode ser negada ao candidato. As informações introdutórias são finalizadas com a declaração de que a agência não recusa nem garante a concessão de credencial de segurança com base em raça, cor, religião, sexo, origem, deficiências, idade ou opção sexual. A linguagem utilizada no site prima pela formalidade. As informações passadas são pouco completas e, por vezes, ambíguas (por exemplo, quanto à questão do uso anterior de drogas pelo candidato, o site não chega a esclarecer em que circunstâncias ele inviabiliza o ingresso na agência).

Os Processos e Procedimentos do treinamento também são diferenciados para cada posição. Não há informações detalhadas sobre como funciona esta etapa. McGarvey (1976), nos anos 60, descreveu o curso preparatório para a área de coleta de dados como sendo essencialmente focado em operações. O autor, que foi agente na CIA na época, informa que eram ensinadas habilidades paramilitares, tais como saltos de pára-quedas, tiro, camuflagem e operações de intrusão. Não foi possível a obtenção de dados atualizados sobre o conteúdo do curso de formação em inteligência da CIA.

Processo de recrutamento e seleção na Abin

O ingresso de novos Oficiais de Inteligência no serviço brasileiro é realizado por meio de concurso público, conforme a legislação do país. Tal fato leva a um tratamento peculiar da variável “insumos” pela Agência. Conforme a Lei nº 8.112, (BRASIL, 1990), o número de vagas, seus requisitos, as atividades realizadas para cada cargo e o processo seletivo devem ser divulgados amplamente, publicados no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de grande circulação. As vagas são anunciadas, distribuídas por área de formação. O candidato pode concorrer a uma vaga em sua área de formação, ou para a área fim e deverá ficar lotado na área escolhida ao final do processo. O concurso para a Abin é dividido em duas fases, subdivididas em etapas. Na primeira fase, são aplicadas as provas de conhecimentos, realizados os exames médicos e investigação para credencial de segurança. Na segunda fase é realizado o Curso de Formação em Inteligência (CFI), que visa fornecer os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao cargo de Analista de Informações.

O curso é realizado na Escola de Inteligência (Esint) e tem a duração de três meses. Durante este treinamento, é continuado o processo de investigação para a concessão de credencial de segurança. Os candidatos são requeridos a responder um questionário para levantamento de informações sobre sua vida pregressa, além de serem entrevistados pela área de Segurança Orgânica da Agência. No decorrer do treinamento é realizada a avaliação das habilidades e atitudes esperadas no profissional, é realizada uma nova avaliação médica e uma avaliação psicológica. O procedimento de avaliação é diversificado metodologicamente, baseando-se em provas, trabalhos escritos, apresentações orais, observação do comportamento, aplicação de testes psicológicos e entrevistas. O curso objetiva o aprendizado dos fundamentos básicos da atividade de Inteligência. Os módulos se dividem no ensino dos Fundamentos da Atividade de Contra-Inteligência, Fundamentos da Atividade de

Inteligência (a produção de conhecimentos) e Operações de Inteligência. Também são mostrados as diversas áreas do organismo e seu funcionamento. Há dinâmicas de grupo com a equipe de Psicologia e atividades físicas, acompanhadas por profissional da área.

Para resguardar o sigilo em relação aos nomes dos candidatos aprovados em cada etapa do concurso, é publicado no DOU apenas o número de inscrição. Os nomes dos aprovados na primeira fase são lidos durante a cerimônia de abertura do CFI e, novamente no encerramento. Todos os candidatos, independentemente da área escolhida, passam pelo mesmo processo de seleção, investigação e formação.

Conclusão

Há estudos que demonstram a influência das características do público alvo (insumos) na eficácia do treinamento. A avaliação precisa dessa variável, juntamente com o levantamento das necessidades de treinamento, pode fornecer os conhecimentos relevantes sobre os procedimentos que deverão ser adotados. Uma ferramenta para a coleta destas informações, utilizada pelos três serviços estudados, é a investigação psicológica. Outros meios são a investigação para a concessão de credencial de segurança, a observação do comportamento dos candidatos, as entrevistas com profissionais e a aplicação de questionários. Os três serviços realizam extensa coleta de dados acerca de seus candidatos (variável “insumos”), provavelmente advinda da preocupação natural de um serviço de inteligência com a segurança orgânica.

Uma análise comparativa do tratamento dado pelos três órgãos aos candidatos revela uma preocupação ostensiva por parte da CIA, uma preocupação explícita por parte da Abin, e menos explícita por parte do MI5. Deve-se salientar que tal dado não permite inferência sobre a intensidade dessa preocupação, até porque

é doutrinário na Atividade de Inteligência a priorização da segurança orgânica. Uma diferença fundamental a ser pesada é o modo de ingresso nas três agências. Não cabendo aqui discutir qual seria o procedimento mais seguro entre os serviços, é pertinente salientar que são três visões distintas acerca de como proceder em recrutamento e seleção.

O fato de o ingresso na Abin ser realizado por meio de concurso público torna mínima a possibilidade de observação prévia e detecção de talentos potenciais, fora dos limites do número de candidatos aprovados. Também existe o fato de o curso de formação ser o mesmo para todos os candidatos, com suas vantagens e desvantagens. Se, por um lado, o curso não possibilita a especialização de habilidades específicas requeridas para a futura função nas áreas meio, por outro lado aprendem-se as competências básicas da atividade fim, tornando possível a maior integração, a mobilidade e a diversificação de funções de todos os servidores. Tais fatos justificariam o caráter contínuo das avaliações psicológicas e verificações de habilidades e atitudes durante o CFI. Tal procedimento possibilita, além da identificação dos talentos, sua potencialização e distribuição adequada entre as diversas áreas do órgão.

Na CIA e no MI5 existe a diversificação dos procedimentos de seleção e treinamento, segundo a área e o cargo escolhidos pelos candidatos. A vantagem é a possibilidade de construção de objetivos específicos voltados a cada atividade, aumentando o grau de especialização inicial dos recém-contratados. A possível desvantagem é o impedimento da mobilidade entre as áreas, gerando uma compartimentação forçada, podendo levar à menor integração entre as diversas áreas do órgão e a conseqüente perda de eficiência em seus processos. Evidências desta tendência foram demonstradas por McGarvey (1976, p. 65-71), nos anos 60, quando a CIA encontrava-se dominada por excessiva burocracia, falta de comunicação e mesmo competitividade entre áreas complementares. Não foram acessados dados atualizados sobre os efeitos de tal nível de

compartimentação na CIA, nem no MI5. Contudo, sendo um dos fatores que podem ter levado a esta situação, a diferenciação de processos de formação ainda encontra-se presente. A tendência, portanto, permaneceria.

Este estudo traçou um panorama inicial de como é tratada a variável “insumos” nos serviços de inteligência do Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido e as possíveis vantagens e desvantagens destes procedimentos. Para maior confiabilidade dos dados coletados, são necessárias outras fontes de dados, além da diversificação dos métodos de coleta. O estudo deste primeiro componente do modelo MAIS abre caminho para que se pesquise os demais, até que se possa produzir um conhecimento detalhado sobre o desenvolvimento de pessoas para a Inteligência. Tal saber configuraria uma fonte de futuras intervenções e melhorias que em muito agregariam eficiência e eficácia ao processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, à própria qualidade do serviço prestado pelos organismos de inteligência aos seus países.

Referências bibliográficas

ABBAD, G., GAMA, A.; BORGES-ANDRADE, J. E. Treinamento: análise do relacionamento da avaliação dos níveis de reação, aprendizagem e impacto no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 25-45, 2000.

———.; PANTOJA, M. J.; PILATI, R. Avaliação do treinamento: o estado da arte e o futuro necessário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2000, 2001. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2000, 2001.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Guia do aluno**. Escola de Inteligência. Brasília: Abin, 2005.

BORGES-ANDRADE, J. E. Avaliação somativa de sistemas instrucionais: integração de três propostas. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v.11, n. 46, p. 29-39, 1982.

BRASIL. Edital nº 1/2004-Abin Concurso Público para Provisão de Vagas nos Cargos de Analista de Informações, Pesquisador e de Tecnologista. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 Jul 2004. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br>> Acesso em: 09 maio 2005.

———. Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 maio 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **CIA Career director: a guide for your career at CIA**. Disponível em: <<http://www.cia.gov/employment/cadir.html>> Acesso em: 9 maio 2005;

HAMBLIN, A. C. **Avaliação e controle do treinamento**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

REINO UNIDO. **MI-5 the security service recruitment website**. Disponível em: <<http://www.mi5careers.co.uk/pages/homepage.asp>> Acesso em 8 Maio 2005.

KIRKPATRICK, D. L. Evaluation of training. In: CRAIG, R. L. (Org). **Training and development handbook**. New York: Mc Graw-Hill, 1976.

MAGER, R. F. **A Formulação de objetivos de ensino**. Porto Alegre: Globo, 1976.

MCGARVEY, P. J. **CIA: o mito e a loucura**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

PLATT, W. **A Produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

Pedido de Busca... qual o melhor termo para solicitação de dados ou conhecimentos?

Nilson Fernandes da Cruz
Abin

A Doutrina Nacional de Inteligência preconiza o uso de uma linguagem especializada entre os profissionais da atividade de Inteligência e, em alguns casos, entre estes e os usuários de seus trabalhos, de modo que as relações de comunicação essenciais ao seu exercício ocorram sem distorções ou incompreensões.

Essa linguagem singular é naturalmente construída com base na linguagem comum, mas os termos têm significado próprio, sem romper com o processo de comunicação utilizado pela sociedade, garantindo o entendimento essencial ao exercício da atividade de Inteligência.

Para que não haja distorções ou incompreensões, a Lei nº 9.883 (BRASIL, 1999), que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em seu Art. 1º - § 2º, estabeleceu que: “para os efeitos de aplicação desta Lei, ‘entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional’ sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”. Desta feita, o próprio legislador já definiu o que é Inteligência e estabeleceu prioridades para sua atuação.

Assim, a atividade de Inteligência distingue-se das demais atividades de assessoria de governo ao dirigir, particularmente, sua atenção para óbices e ameaças aos objetivos nacionais e por envia-

esforços no universo antagônico, cenário caracterizado essencialmente pela presença de obstáculos reais ou potenciais aos interesses maiores da Nação e, por conseguinte, às ações de governo para alcançá-los ou mantê-los.

Nesse contexto, a Doutrina Nacional de Inteligência reverte-se das seguintes características:

ï Normativa

Uma vez que o seu conteúdo exprime preceitos orientadores do exercício da atividade de Inteligência.

ï Dinâmica

Em razão do caráter evolutivo de seus fundamentos.

ï Adogmática

Uma vez que não está sujeita a dogmas formulados e impostos e que seus preceitos derivam de fundamentos racionais e realísticos.

ï Consensual

Pois a livre aceitação de seus preceitos pelos profissionais de Inteligência resulta da convicção de sua procedência e acerto.

ï Unitária

Porque seus preceitos propiciam unidade de pensamento, procedimento e linguagem entre os profissionais de Inteligência.

Em face do exposto, por entender que há necessidade de se levar a termo as características da Doutrina Nacional de Inteligência, principalmente para que ela seja “Consensual e Unitária”, no presente Artigo objetivamos despertar e chamar a atenção dos profissionais de Inteligência para o uso do “Pedido de Busca”.

Propugnado na Metodologia de Produção de Conhecimento, na fase da Reunião, o Pedido de Busca pode sugerir o emprego do elemento operacional e de ações especializadas para a obtenção de “dado e/ou conhecimento”, quando não necessariamente isso acontece. Muitas vezes a necessidade de conhecer, levantada nos aspectos essenciais, pode ser atendida pelas Superintendências Regionais da Abin ou órgãos congêneres por meio de Coleta, que é a obtenção de dado e/ou conhecimento disponível, ou seja, de livre acesso a quem procura obtê-los. Por outro lado, a Busca, por definição, “é a obtenção de dados não disponíveis, pelo elemento operacional do órgão de Inteligência, com a utilização de técnicas especiais”.

Isto posto, considerando que a Doutrina Nacional de Inteligência orienta o exercício da atividade de Inteligência e a atuação dos órgãos integrantes do SISBIN, no âmbito do Sistema; que a Doutrina Nacional de Inteligência é um conjunto de princípios, conceitos, normas e valores que orientam e disciplinam a Atividade de Inteligência; que para atuar de forma sistêmica é necessária a uniformização de princípios, conceitos, normas e valores consubstanciados em uma Doutrina consensualmente aceita por todos os integrantes do SISBIN, parece-nos haver necessidade de definição quanto ao uso do Pedido de Busca.

A respeito da Doutrina Nacional de Inteligência cabe lembrar, ainda, que foi elaborada em 2004, por um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos órgãos que compõem o Conselho Consultivo do SISBIN (CONSISBIN), que a aprovou, coordenado pela ABIN. Que por intermédio dela (Doutrina) buscou-se a harmonia de entendimento das questões alusivas à Atividade de Inteligência, de acordo com a prática dos órgãos que participaram do aludido Grupo de Trabalho.

Por essas razões e, também, considerando ser a necessidade de aperfeiçoamento da atividade de Inteligência uma constante, a observância de princípios básicos que orientam o seu exer-

cício é imperativa para que possamos atuar de forma sistêmica, uniformizando princípios, conceitos, normas e valores, consubstanciados em uma Doutrina consensualmente aceita por todos os integrantes do SISBIN.

Para uma reflexão, podemos nos inspirar nos escritos de William James (ilustrado cidadão dos Estados Unidos da América), que preconiza: “a maior descoberta de minha geração é a de podermos as criaturas humanas modificar as atitudes do espírito”. Consoante o seu modo de pensar, assim será a vida. Por conseguinte, elimine todos os pensamentos velhos, gastos e fatigantes. Encha seu espírito de “pensamentos criadores” e contribua para uma nova feição, para que um influxo de idéias resulte no aprimoramento de questões como a apresentada neste Artigo.

Quanto ao Pedido de Busca, fica no presente Artigo um questionamento: qual o melhor termo a ser empregado para a solicitação de dados ou Conhecimentos(?) Existe uma terceira via, um contra-ponto para uma discussão futura(?). Você, Profissional da Inteligência, é co-responsável pela prática e o fortalecimento de uma Atividade que impõe um aperfeiçoamento constante. Pense nisso!!!

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – Abin, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09 maio 2005.

Programa conhecendo a Abin

Acom/SEPC

O Programa Conhecendo a Abin é um projeto piloto desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, com o apoio das demais unidades da Abin, que tem por objetivo apresentar às gerações futuras o que é a Abin e como ela trabalha. Tal propósito visa conscientizar e valorizar a Atividade de Inteligência junto aos jovens que poderão ser futuros profissionais de Inteligência.

A Agência Brasileira de Inteligência recebeu, em outubro de 2005, jovens na faixa etária de 10 a 15 anos, como parte do Programa Conhecendo a Abin. Em uma primeira fase, alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas e filhos de servidores da Abin foram convidados a participar.

Os visitantes do Centro de Ensino Fundamental de Brasília, do CAIC Juscelino Kubitschek, do Centro Educacional Dimensão, do Instituto Presbiteriano de Brasília -IPEB, do Colégio Cor Jesu e do Colégio Moraes Rego e os filhos dos servidores assistiram a apresentações sobre a atividade de Inteligência e os programas desenvolvidos na Abin.

Houve uma apresentação teatral, criada e apresentada por servidores, para expor de forma lúdica o papel da Abin perante o Estado brasileiro, as suas competências, bem como o ciclo da Inteligência - da demanda à entrega do relatório final para o assessoramento ao Presidente da República - apresentando o trabalho do profissional de Inteligência e desmitificando assim as ações da Abin.

Os estudantes foram também apresentados aos produtos desenvolvidos no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC, para salvar o sigilo das comunicações oficiais dos órgãos governamentais brasileiros.

Os visitantes receberam explicações sobre o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC, sendo conscientizados de que conhecimentos tradicionais e da biodiversidade, bem como centros de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologias em áreas estratégicas, são alvos potenciais de práticas de espionagem; por essa razão, devem desenvolver a cultura de proteção do conhecimento para preservar o país.

Ao término da apresentação, eles se divertiram com as brincadeiras operacionais destacando-se memorização, escrita invisível e disfarce.

As crianças que visitaram a Abin foram convidadas a desenvolver um trabalho com as impressões sobre a visita realizada na forma em que elas escolhessem. Algumas delas escreveram textos e outras apresentaram histórias em quadrinhos. Foi também acertada a possibilidade de divulgação destes trabalhos. A intenção é mostrar ao longo das edições da Revista Brasileira de Inteligência alguns dos trabalhos. Neste número estamos apresentando uma das histórias em quadrinhos, do aluno Geovanny Matsumoto, do Colégio Dimensão, 7ª série "A".

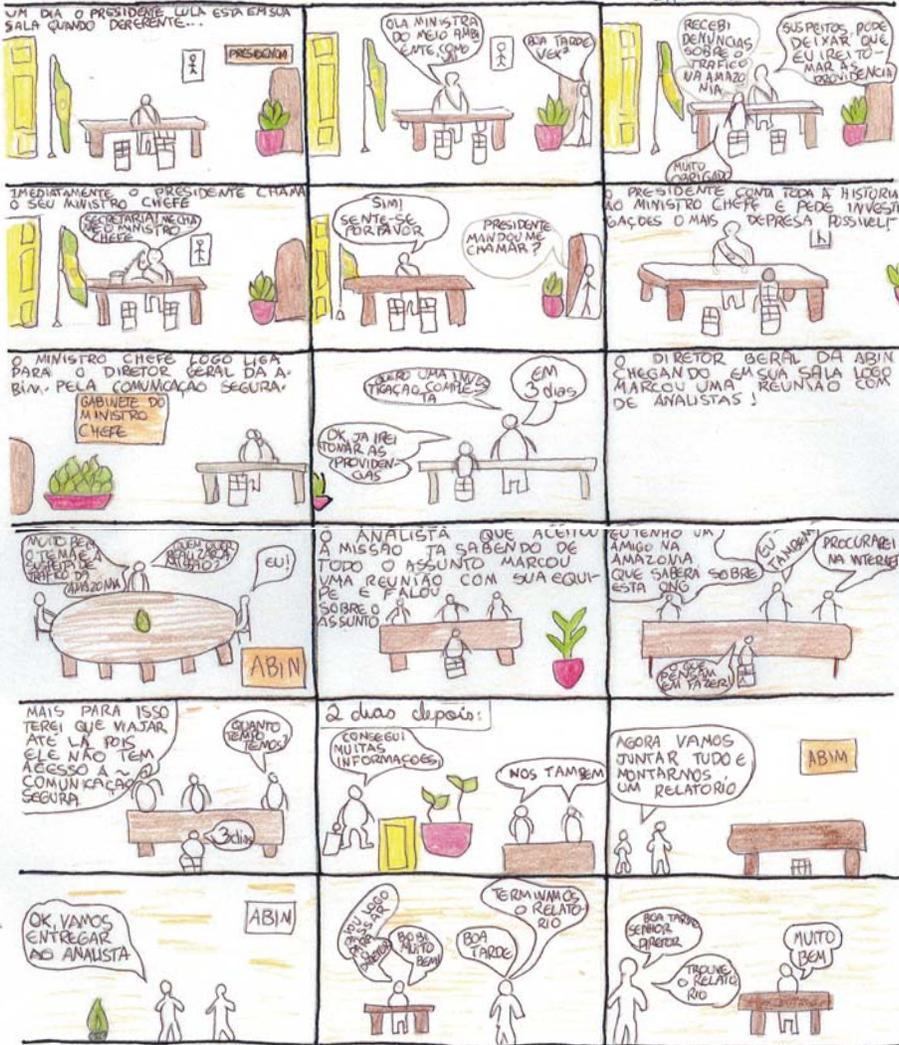
O Programa Conhecendo a Abin obteve êxito desde o início, o que criou possibilidades para o seu prosseguimento e ampliação, conforme planejado, para alunos de 2º grau e de universidades.

O
TEATRO
ABIN E

SUSPEITA DE
TRAFICO NA AMAZONIA

na relação do avião duzentos
te o passivo "excelsa co-
municando a abin"

Geovanny Matsumoto - 7ª
Coleção dimensões



CONTINUAÇÃO



BARROS, José Manuel de Aguiar. **Terrorismo**: ação, reação e prevenção. São Paulo: Arte & Ciência, 2003. 206 p.

por **Iracema Rocha da Costa e Silva**

Abin

Terrorismo é toda violência real, potencial e sistemática, capaz de infundir terror, motivada por ações políticas, étnicas, religiosas ou afins. O terrorismo é um fenômeno complexo. Há terrorismo de esquerda, de direita, e também terrorismo de Estado. Há tendência no sentido de o alinhar a crime comum, ou de o equiparar a crime político. A partir da Segunda Guerra Mundial, adquiriu características internacionais, e passou a envolver a segurança e a paz de todos os países. O fenômeno terrorista ampliou absurdamente sua capacidade ofensiva e de destruição em massa. O que mudou no contexto de suas ações não foram suas motivações, mas o teor de sua violência, sua autoria cada vez mais volátil e indeterminada. A abordagem do fenômeno costuma seguir a lógica da “ação” e “reação”, do “bem” ou “mal” e “amigo” ou “inimigo”.

A motivação para a barbárie terrorista não tem regras fixas. Pode ter raiz étnica (Hitler; e no caso da eliminação da minoria curda no Iraque), política (Stálin; e ETA), religiosa (Protestantes versus Católicos, na Irlanda; e Guerra Santa da Al Qaeda), e patológica (atentado de Oklahoma). O fenômeno terrorista tem várias percepções. No âmbito do direito criminal, é um delito pluriofensivo, pois envolve vários tipos penais. A ocorrência do evento terrorista pode ser avaliada por diferentes disciplinas. Terrorismo e respectiva reação acabam por se converter em crimes políticos. Têm por regra motivações diretas de ordem política, étnica e/ou religiosa. A política aparece como desdobramento de seus efeitos.

São características essenciais nas ações terroristas: a violência; que é sempre um elemento instrumental. É tortura, morte, lesões corporais e/ou psicológicas. A violência pode ser ativa, preventiva ou reativa (contraviolência). O segundo elemento essencial é a capacidade de infundir terror, inquietação e/ou medo. Outro elemento sempre presente é a motivação. Sem esta, não há terrorismo. Ações violentas, aleatórias, de natureza individual, sem motivação clara e objetiva pertencem ao campo da psicopatologia e do desvio comportamental. A motivação tem três “fontes”: o impulso, ou o que leva à ação; a justificativa, ou o que justifica a ação; e a finalidade, ou o objetivo da ação.

Um dos maiores exemplos de terrorismo de Estado foi a Revolução Francesa. Ela firmou-se por morte violenta do velho regime. Robespierre pronunciou, em 05 de fevereiro de 1794, perante a Convenção, um discurso que definiu o terrorismo de Estado, colocando o terror como o *modus operandi* padrão dos partidários da Revolução. Os movimentos anarquista e socialista revolucionários passaram, no século XIX, a advogar o terrorismo como forma de ação política. O terrorismo estatal, em sua expressão máxima, pode ser simbolizado por dois personagens de ideologias antagônicas que chegaram ao mesmo fim: a morte pela morte (Hitler e Stalin, representando os Estados nacionalistas regidos pelo socialismo e pelo comunismo, respectivamente). O fenômeno terrorista quer infligir terror, seja como meio, seja como fim. Os campeões do genocídio na história da humanidade foram: Stálin 42,6 milhões de pessoas exterminadas ou desaparecidas; Mao Tsé-Tung, com 37,8 milhões; Hitler, com 20,9 milhões; e Pol Pot, com 2,4 milhões (8,6% da população do Camboja).

No Brasil, o terrorismo aparece junto aos crimes hediondos, conforme o art 5.º, XLIII da Constituição Federal e da Lei n.º 8.072 de 1990. O art. 20 da Lei n.º 7.170, de 1983 (Lei de Segurança Nacional), implementou o direito penal terrorista ao definir “atos de terrorismo”. Tanto no Direito Internacional quanto no ordenamento jurídico pátrio, o crime de terrorismo nunca restou bem definido, de

forma a abranger todas as possibilidades de fenômenos terroristas que se apresentem na vida moderna. Tem-se de definir claramente qual a descrição do crime em seus detalhes, em seus rígidos contornos, para que se saiba se houve ou não um ilícito penal. As normas internacionais sobre o fenômeno terrorista existem em grande número, mas foram elaboradas por força de situações concretas, sem se preocupar em definir com precisão o que é terrorismo.

Hoje, as potências armadas estão diante de um inimigo quase invisível (sem território, sem fronteiras, sem exercícios fardados), que aproveita o aparato tecnológico de destruição existente para causar o caos. O comunismo acabou. A doutrina anticomunista perdeu o sentido, não vende mais, o mundo precisa de uma ‘nova fé secular’ que justifique a união em torno de uma nova “bandeira de salvação”. A “doutrina Bush” é isto: maniqueísmo, agrupamento “amigo-inimigo”, “a melhor defesa é o ataque”; hegemonia militar, econômica, política e “de idéias” e a luta antiterrorista, como a “nova cruzada messiânica”, que veio nos salvar do apocalipse terrorista.

Ante o fenômeno terrorista, vê-se que as liberdades democráticas não constituem direitos adquiridos pelos povos. São conquistas sempre provisórias e suscetíveis de serem derogadas pelo poder. O terrorismo é ameaça direta às liberdades públicas. Suas ações são ameaças diretas ao Estado de Direito. Uma população ameaçada por atos terroristas aceita qualquer sacrifício para se ver livre de um perigo iminente, para isto contando com a amplificação feita pela campanha de dramatização midiática. Após o 11 de setembro, vivemos um violento retrocesso na política dos direitos humanos e das liberdades civis. Verificaram-se perseguições infundadas contra suspeitos estrangeiros, que passaram a ser humilhados, presos e até mesmo deportados de forma rotineira. Está mais que clara a manipulação da guerra ao terrorismo no governo Bush, para salvar um mandato que iniciava sob o signo da corrupção eleitoral, econômica e da orientação intelectual de seus conselheiros.

A economia é o motor da história. Tudo parece dela brotar, tudo parece a ela convergir, tudo ela parece explicar. Há profundas conexões entre a economia e a guerra, o poder político, o funcionamento das organizações internacionais, os interesses dos Estados-nação. Nenhum conflito tem explicações monocausais. A motivação econômica dificilmente ficaria fora da gênese dos grandes conflitos. Na legislação internacional, há clara intenção de se evitar danos às economias dos Estados. Hoje, o petróleo é questão de sobrevivência para o império estadunidense constituído. Além disso, há grande expectativa das empresas norte-americanas na partilha do botim de guerra, pelas obras de reconstrução da infra-estrutura. A guerra contra o terrorismo, portanto, não tem apenas caráter humanitário. Todo o poderio bélico estadunidense não coloca fim ao terrorismo, nem é garantia de segurança desejável. Todo o gasto feito em nome do aumento de segurança dos EUA não passa de alocação de recursos para atender promessas de campanha e compromissos eleitorais assumidos com a indústria bélica. O autor não formula conclusão do tema proposto. Termina a obra sem conseguir conceituar terrorismo, exceto em termos muito gerais. Traça um esboço histórico do tema, suas características essenciais e fala sobre os atentados terroristas nos dias atuais.



O camareiro espião*

Durante a II Grande Guerra, movimentava-se nos meios diplomáticos da capital turca uma misteriosa personagem que, mesmo hoje, não se sabe ao certo se fora coronel da SS ou da Gestapo. Disfarçado na função de adido comercial da Embaixada Alemã, Ludwig Moyzisch era, na realidade, um refinadíssimo espião nazista. Vários anos após o conflito, Moyzisch se retirou para Innsbruck, na Áustria, onde publicou um livro de enorme sucesso: *OPERAÇÃO CÍCERO*, onde revela a forma pela qual havia manipulado Elyesa Bazna, o ambicioso camareiro de Sir Hughe Knatchbull-Hugessen, Embaixador britânico em Ancara, pagando-lhe com dinheiro falso os informes que dele recebia.

Até então, o espião enganado por outro espião, ignorava até mesmo seu codinome: Cícero. Sabia apenas esse fato indisfarçável: o dinheiro falso. Inteirado, afinal, dos detalhes da astuta manobra de que fora vítima, não se deu por achado e publicou outro livro: *O ESPIÃO CÍCERO*, que pode ser considerado réplica da obra de Moyzisch (Resenha Bibliográfica da publicação Coletânea L nº 19, 1978, editada pela Escola Nacional de Informações)¹. Nele não muda propriamente os fatos revelados por Moyzisch que, a essa altura, já não consegue desmentir; mas os apresenta à sua maneira, procurando subtrair-se da fama de espião mais enganado do século para pousar, diante da posteridade, como o espião do século.

Em *O CAMAREIRO ESPIÃO*, aqui publicado, Guido Gerosa faz um confronto entre as duas versões e servindo-se, ainda, de outras fontes, chega a conclusões que, talvez, seja a verdade definitiva dos fatos.

* Artigo publicado na **Revista Coletânea L**. Brasília: EsNI, 1978. ano II, n. 19, abr. 1978. p. 50-62.

Quando o homem deslizava imperceptivelmente no quarto, tudo ali era obscuridade e silêncio. Da cama chegava até ele a longa respiração cadenciada de quem dormia. Ele mal lançava um olhar de piedade para sua vítima e logo se punha ao trabalho. Estendia a mão para a pasta de couro do embaixador, em geral colocada sobre um móvel, fazia saltar com delicadeza a fechadura e deixava correr os longos dedos nervosos sobre as folhas que surgiam: documentos sigilosos, relatórios, telegramas, cartas com timbres de Estado. Guardava aquelas folhas consigo e ganhava silenciosamente a saída.

No dia seguinte, em qualquer rua do centro de Ancara, entraria no carro de seu senhor, o alemão Moyzisch, e lhe faria entrega das fotografias dos documentos secretos aliados. Assim, por uma centena de vezes, entre 1943 e 1944, Elyesa Bazna, o camareiro do embaixador inglês na Turquia, *Sir Hughe Knatchbull-Hugessen*, repetiu as incursões ao quarto de dormir do patrão. Nunca foi descoberto: amigos e inimigos ignoravam que aquele homem de pesada fisionomia oriental, com olhinhos de raposa escancarados num alucinado rosto oblongo, era o grande espião Cícero, de quem os aliados sabiam apenas que conseguia transmitir aos alemães, da Turquia, os segredos da guerra.

Elyesa, aos 38 anos, tornara-se um Kavass. É o termo que, na Turquia, designa os servidores de um estrangeiro, principalmente os criados das Embaixadas. Sua educação de serviçal se completara durante sete anos a serviço do embaixador iugoslavo de Ancara, Jankovich. O patrão seguinte foi o adido militar americano, coronel Class.

O conselheiro da Embaixada alemã Jenke, cunhado de Ribbentrop e seu novo empregador, suspeitou de que Cícero lhe abria as cartas.

Cícero estava imerso, já naquele período, no caos que dominou toda sua vida. A família — mulher e quatro filhos — já lhe

dava bastantes aborrecimentos para que desejasse outros. Mas para Cícero a ânsia primordial consistia em conquistar mulheres. Para este hobby, no entanto, a natureza não lhe dera o instrumental adequado. Tinha 1,59m de altura e mantinha-se ridiculamente ereto; possuía um crânio pontudo e, no conjunto, era um homem extremamente feio. Mas desprendia, em virtude de uma pose artificialmente rígida, uma espécie de magnetismo que atraía certo tipo de mulheres.

Passará para o serviço do embaixador inglês, *Sir Hughe Knatchbull-Hugessen*. Tinha sido recomendado por uma bela governanta, com quem mantinha relações amorosas.

É incrível como Cícero conseguia a proteção das mulheres, em sua carreira. Agora, sua grande aspiração, a espionagem, tornara-se irresistível. Decidiu oferecer seus serviços aos alemães. O destino colocou-o diante de um personagem de refinada astúcia, que se transformou em seu anjo negro por toda a vida: o vienense Moyzisch, aparentemente adido comercial junto à Embaixada alemã dirigida por Von Papen, em Ancara, mas, na realidade, coronel das SS ou da GESTAPO, nunca se soube com precisão.

Cícero começou a passar a Moyzisch o material fotografado durante a noite, no quarto do embaixador, quando este dormia sob o peso da fadiga e das garrafas de uísque. Os relatórios de Moyzisch a seus superiores logo se revelaram interessantíssimos.

Depois da guerra, Cícero inventou motivos ideológicos, mas a verdade é que bancou o espião porque amava as mulheres. Se não contasse com o dinheiro que Moyzisch lhe dava, em pagamento por seus préstimos, não poderia sustentar suas amantes. A vaidade dom-juanesca tornara-o cego. Houve, a esse propósito, um episódio revelador. Um dia, entrou em uma boutique, e ali encontrou Moyzisch, seu corruptor. Ao lado do austríaco, achava-se uma bela mulher. Moyzisch lançou-lhe olhares furiosos: sabia que era absurdo para um camareiro freqüentar uma loja daquelas, e teve

medo de que o seu associado despertasse suspeitas. Mas Cícero abordou-a, conversou com ela, ignorando os gélidos olhares do outro. O episódio foi ainda mais grave pelo fato de que aquela mulher, Cornelia Kapp, secretária de Moyzisch e filha de um cônsul alemão, era agente do serviço secreto americano e descobriria, no futuro, a identidade de Cícero, condenando-o à inatividade.

Cícero sentia-se profundamente fascinado pelo embaixador Sir Hughe. Nunca se compreendeu a verdadeira natureza das relações que uniam os dois homens. Era ainda mais misteriosa que as com Moyzisch. Cícero cuidava dele com a atenção de um amante, experimentando, ao mesmo tempo, o prazer de enganá-lo, como jamais outro homem foi enganado. É certo que Cícero invejava o embaixador. Sir Hughe era tudo aquilo que ele gostaria de ser: alto, bonito, desembaraçado, aristocrático. Sua desforra contra Sir Hughe era noturna. Humilhava-o em silêncio, quando entrava na ponta dos pés no quarto e lhe roubava os documentos.

Aventou-se mesmo a hipótese de que entre os dois homens, camareiro e embaixador, a relação de amizade havia atingido um limite tal, que nenhum dos dois, na defesa de seus interesses particulares, guardava qualquer prudência elementar. Por que o embaixador nunca se defendeu ou tentou explicar sua desventura? Teria algo a esconder?

Segundo outra hipótese, não se tratava nem de um sono profundo do embaixador, nem de corrupção: o embaixador pura e simplesmente teria passado a Cícero os documentos, para que os mostrasse aos alemães, a fim de que estes se atemorizassem diante do testemunho da superioridade aliada.

A farinha do diabo

Se os alemães estavam perplexos, os aliados, que conheciam a exatidão dos informes roubados, estavam furiosos.

A desmancha-prazeres foi uma mulher. Moyzisch não conseguia mais suportar sua secretária, Cornelia Kapp, porque era confusa e desatenta, cometia uma infinidade de erros no trabalho e, à menor admoestação, explodia em crises histéricas. Cornelia fugiu na sexta-feira santa, 6 de abril de 1944: disse que iria encontrar-se com o pai em Budapeste, mas na verdade dirigiu-se ao Cairo. Ali, revelou aos seus superiores quem era Cícero: não podia ser senão um doméstico da embaixada inglesa.

A fuga de Cornelia havia desmascarado o camareiro espião. Agora, ele esperava ser preso de um momento para outro. Não lhe restava outra alternativa senão desaparecer também. Disse a Sir Hughe que pretendia demitir-se. Então o diplomata fez-lhe a última afronta. Respondeu-lhe que isso não lhe dizia respeito e que se dirigisse ao mordomo. A 30 de abril de 1944, Cícero deixava a embaixada.

Foi importante a atividade de Cícero como espião? Bastante, embora não tanto como pretendem alguns. Ele forneceu, principalmente, os dados sobre a operação OVERLORD que, porém, foram levados a sério pela metade. Mas o seu valor como espião consistiu, principalmente, no pânico que provocou no campo aliado, quando fez sentir aos ingleses e americanos que seu bunker de segredos não passava de uma casa com paredes de vidro.

Suas aventuras subsequentes foram melancólicas. Começou uma vida absurda. Primeiro tornou-se comerciante de carros usados. Desperdiçou uma avalanche de dinheiro. E fez bem, porque logo se descobriu que a farinha do diabo estava estragada. Os alemães haviam pago seus serviços com esterlinas falsas. A um certo momento da guerra, os nazistas acalentaram a idéia de provocar a queda da esterlina, jogando nos mercados neutros milhões de esterlinas falsas. Depois desistiram da idéia, usando a moeda falsa para finalidades menores: por exemplo, o pagamento gigantesco feito ao agente Cícero.

Em maio de 1945, o serviço secreto americano na Áustria foi informado de que os camponeses da zona do Traun (afluente do Danúbio) haviam pescado notas bancárias na água. Os agentes fizeram pesquisas e o rio devolveu 20 milhões de esterlinas. Nos campos de concentração, os americanos descobriram os responsáveis pela operação das libras esterlinas. Estes confessaram: durante a guerra tinham sido fabricados 150 milhões de esterlinas. 300 mil foram parar nos bolsos de Cícero.

Assim, o astuto kavass, que acreditou estar fazendo uma fortuna ao embrulhar Sir Hughe , descobriu ter sido também ludibriado por Moyzisch. Foram seus dois demônios familiares, os duendes de sua vida. Cícero agora se julgou grande: tinha inaugurado uma empresa de construções e estava edificando um luxuoso hotel, estilo Hilton, com subvenções estatais. Era visto freqüentemente em almoço de negócio com altos funcionários do Estado turco.

Nos bancos se difundiu a inquietação: estavam circulando esterlinas falsas. Na Suíça foi recuperada uma boa parcela, de um comerciante turco. De pagador a pagador, chegou-se finalmente a Cícero. A polícia irrompeu em seu escritório de Bursa. Cícero foi por vezes ingênuo, mas jamais lento para compreender. Bastaram-lhe algumas frases para perceber a verdade: estava completamente arruinado. Não tinha um centésimo de dinheiro bom. A complementação da sua desgraça ocorreu nessa mesma noite: Aika, a sua amante grega, fez as malas e o abandonou.

Cícero contou a estória das esterlinas falsas de uma maneira diferente. No início, ele teria sido pago pelos seus serviços, com moeda boa. Moyzisch lhe entregou, em diversas parcelas, um milhão de liras turcas. Mas, quando a Turquia entrou na guerra ao lado dos aliados, o pessoal alemão foi internado na Embaixada, e Moyzisch mandou chamar Cícero. Ele não queria ir, foi Aika quem o convenceu: “Eles fizeram a tua fortuna, poderão te ajudar ainda mais”. Moyzisch propôs uma troca: os alemães tinham na Embaixada uma quantidade de esterlinas, que não podiam trocar; não pode-

ria Cícero fazer o favor de trocá-las por liras turcas? Assim, Cícero restituiu a Moyzisch 600 mil liras turcas, que recebera dele e, em troca , recebeu as 50 mil esterlinas da catástrofe.

O complexo de pinóquio

Será verdade? Cícero era mestre em inventar, de vez em quando, novos detalhes de sua estória, para fabricar uma biografia heróica. Mas talvez, neste caso, tenha sido sincero. Por outro lado, não faz muita diferença. Ludibriado com o dinheiro falso, Cícero passou a ser, certamente , o espião mais enganado do século: tinha sido o Pinóquio, que sepultara os sacos de ouro no campo dos milagres, esperando que florescesse a árvore das moedas, e o gato Jenke e a raposa Moyzisch levaram tudo embora.

Ficou com esse complexo por toda a vida. Sentia-se uma vítima e, em qualquer pessoa que encontrasse, procurava seu *Sir Hughe*, temendo, no entanto, encontrar um novo Moyzisch que o enganasse. A 18 de outubro de 1950, um deputado perguntou à Câmara dos Comuns se era mesmo verdade que documentos secretos haviam sido subtraídos, durante a guerra, da Embaixada inglesa na Turquia. O ministro do Exterior, Bevin, revelou pela primeira vez a grandeza de Cícero: “Nenhum documento foi subtraído, durante a guerra, da embaixada de Sua Majestade em Ancara, mas as pesquisas sobre os fatos a que se refere revelam que o camareiro do embaixador conseguira fotografar um grande número de documentos secretos, e vender os filmes aos alemães”.

Sir Hughe falou apenas uma vez, em seu estilo aristocrático e fez o último insulto a Cícero: “O nome de meu camareiro era Elias. Não consigo recordar seu sobrenome”. Cícero o destruíra, mas o diplomata mantinha em relação a ele o seu altivo desprezo.

Outro grave golpe foi infligido por Moyzisch. O coronel de seu ninho de águia em Innsbruck, fez publicar um livro que relata-

va toda a estória e que obteve enorme sucesso: OPERAÇÃO CÍCERO. Assim, Cícero descobre, com furor, que pela segunda vez Moyzisch triunfava e se enriquecia à sua custa. O máximo de humilhação foi descobrir, através do livro de seu inimigo, o nome com o qual a História iria recordá-lo: Cícero jamais soubera chamar-se assim. Moyzisch conta que aquele nome de código lhe fora dado por Von Pappen, em 31 de outubro de 1943: "Chamá-lo-emos Cícero, porque nos fornece documentos eloquentes". Mais tarde, em sua costumeira megalomania, Cícero inventou que o nome lhe fora dado por Hitler, com esta motivação: "Cícero foi o mais inteligente dos romanos, por isso chamo Cícero ao mais inteligente de meus agentes".

Desta vez, Moyzisch causou-lhe mais amarguras que da primeira. Cícero ergueu-se de repente. Sentia-se um herói histórico. Esperava poder desfrutar, pelo menos de segunda mão, a celebridade que Moyzisch lhe concedera. Soube que estavam rodando um filme sobre a sua estória, com o ator James Mason. Procurou o diretor Mankiewicz, que o fez expulsar: "Não é Cícero. É um doido". Recaiu no esquecimento por longo período e foi redescoberto por um jornalista francês.

Cícero não tinha paz. Correu o mundo dos editores apresentando memórias e escrevendo livros, deixando-se regularmente ludibriar com relação aos direitos autorais. Não conseguia ler os contratos, era muito orgulhoso para admitir que não compreendia as línguas, e muito desconfiado para se servir de um advogado; preferia deixar-se enganar. Abandonou por um momento o ódio por Moyzisch, que justificava sua vida, e sua nova ovelha negra passou a ser um editor de nome Ferenczi: por um certo período, a ele atribuiu todos os seus males. Agora era um pobre coitado. Vivia quase na miséria, por todos os cantos da Europa, com Esra, sua mulher, e os quatro filhos que ela lhe dera. Estava sempre trabalhando em algum memorial, no qual inventava novas estórias; no mesmo livro

repetia diversas vezes a mesma estória, para encompridá-lo, com a astúcia dos velhos escritores de folhetins.

Em 1968, apresentou-se num programa de televisão: encontrava-se, então, na Alemanha, dizia-se paupérrimo, e reclamava do governo alemão 250 milhões de marcos por seus serviços durante a guerra, mal pagos pelas esterlinas falsas de Moyzisch.

Apresentava-se agora gorducho, olhinhos vivos, dois dentes apenas na boca vazia, um terno marrom de confecção barata, o colarinho enrugado sobre uma gravatinha borboleta. Morava em um apartamentozinho em Munique, com os anônimos vizinhos Muller e Kessler, que certamente nem imaginavam viver ao lado da História. Escutava discos de Rita Pavone e colecionava horríveis recordações turísticas; gostava de demonstrar seu talento no canto lírico. Aos domingos passeava com a família pelas ruas ensolaradas. Ninguém o reconhecia.

 **Carta do Leitor**

Data: Mon, 23 Jan 2006

Para: “revista@abin.gov.br”

Assunto: Thank you for the Journal

Ana Maria Junqueira Dantas,
Diretora, Revista Brasileira de Inteligencia

Hello Ana,

Thank you very much for the copies of your new intelligence journal. I understand from Frank Marcio, who brought several copies with him when he visited us in December, that you are the editor of the journal. I congratulate you and ABIN for the production of a very attractive, academically significant journal. I find the articles, and the journal in its entirety, very well done. I especially like the nice touch lent by the illustrations. The journal is a positive reflection of the professionalism that characterizes your agency, and I wish you all the best as you proceed with the publication of subsequent editions.

...

Your friend,
Russell G. Swenson, PhD
Director, Center for Strategic Intelligence Research

Data: Thu, 16 Feb 2006

Para: revista@abin.gov.br

Assunto: Informações sobre a Revista Brasileira de Inteligência

Prezados senhores,

Por intermédio do informativo da Escola de Inteligência do Exército, A Lucerna, tomei conhecimento do lançamento, em dezembro de 2005, da Revista Brasileira de Inteligência.

Como antigo profissional da área e um apaixonado pela atividade, ainda que na reserva, procuro me manter atualizado sobre tudo que se refere a nossa atividade. Nessa oportunidade, gostaria de apresentar meus sinceros cumprimentos pela iniciativa de divulgar aos profissionais da área, o que existe de novo no Brasil e no mundo sobre assuntos ligados ao nosso trabalho. Considero fundamental a continuidade desse projeto, especialmente para todos que trabalham no setor.

Guardo com muito carinho em minha biblioteca, a coleção completa da Coletânea L, editada pela antiga EsNI (muito poucos ainda possuem todos os números!). Ela muito me auxiliou em minha vida profissional, especialmente quando fui instrutor e diretor do Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

Aproveitando a oportunidade, gostaria de saber se é possível e o que é necessário para assinar essa nova revista, inclusive com os números atrasados (dezembro e janeiro). Ficaria muito feliz em poder ter acesso a esses novos conhecimentos.

Desde já muito grato por tudo e parabéns pela brilhante iniciativa.

Marcio Bonifácio Moraes
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm)

Data: Mon, 06 Mar 2006
Para: revista@abin.gov.br
Assunto: Agradecimento

Santa Maria, 06 de março de 2006.

Ilm^a Sr^a Coordenadora da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência

1. Inicialmente gostaria de agradecer pelo recebimento do 1º exemplar da Revista Brasileira de Inteligência tão gentilmente enviado gratuitamente por essa Agência.

2. Trata-se realmente de uma ótima publicação direcionada a pessoas das mais variadas formações e áreas de atuação que se interessam pela atividade de inteligência e a segurança do Estado Brasileiro.

3. Todos os artigos publicados na edição de lançamento da revista são de ótima qualidade, conseguindo com a maior certeza, sensibilizar o leitor da importância da atividade para a segurança do Estado Democrático de Direito.

4. Como cidadão e operador do direito, o artigo intitulado “Ética profissional na atividade de Inteligência: uma abordagem jusfilosófica” de Osiris Vargas Pellanda, dos quadros dessa Agência, de excelente redação e conteúdo, soube abordar este tema que deveria interessar a todos, visto ser a ética um dos alicerces da democracia. De leitura obrigatória para todo o agente público e político do Estado.

5. Como cidadão, interessado em compreender e colaborar com o peculiar universo da atividade de inteligência brasileira, gostaria de continuar recebendo esta pioneira revista com periodicidade quadrimestral.

6. Por fim, agradeço pela elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

GELSON JOSÉ WEBER
Bel. Direito e especializando em Direito Civil UFSM
Santa Maria-RS



Normas editoriais da Revista Brasileira de Inteligência

A Revista Brasileira de Inteligência é uma publicação da Agência Brasileira de Inteligência que tem como principais objetivos: divulgar a atividade de Inteligência; promover a difusão e o debate de idéias acerca de temas relacionados com a atividade de Inteligência; servir como veículo para promoção da cultura dessa atividade de Estado destinada a assessorar o processo decisório nacional.

A Revista Brasileira de Inteligência aceitará a participação de colaboradores, internos e externos, por meio da inserção de artigos que atendam aos objetivos acima fixados e às seguintes regras:

1 Tipos de colaboração aceitos

Trabalhos relacionados com a atividade de Inteligência que se enquadrem nas seguintes modalidades:

Ensaio: composição em que o autor expressa, mediante a organização de dados, informações e idéias, sua visão crítica e analítica sobre determinada questão;

Crônica: texto redigido de forma livre e pessoal, que tem como temas fatos ou idéias da atualidade ou da vida cotidiana;

Conto: narrativa concisa, que contém unidade dramática e cuja ação concentra-se num único ponto de interesse;

Anedota: relato sucinto de fato jocoso ou de particularidade engraçada de figura histórica ou lendária;

Lenda: narração em que fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética;

Mito: narrativa de significado simbólico, sem correspondente na realidade, geralmente enfocando a origem de determinado fenômeno, instituição, etc., transmitida de geração em geração e considerada verdadeira por um grupo;

Entrevista: texto reproduzindo diálogo do autor com pessoa(s) de notório saber ou reconhecida competência, no caso específico, em área de interesse da atividade de Inteligência;

Resenha: revisão crítica de texto relevante;

Resumo: apresentação, concisa e de forma isenta (sem emissão de juízos de valor), do conteúdo de artigo, livro, filme, tese, dissertação e outros documentos;

Informativo: apresentação de notícias e eventos, no caso específico, de interesse da Atividade de Inteligência;

Carta: manifestação de impressão, opinião, sugestão ou crítica relativas a matérias publicadas na Revista;

História em quadrinhos: narração, baseada em fato ou ficção, feita por meio de desenhos e legendas dispostos em pequenos quadros; e

Charge: representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e de conhecimento público.

2 Envio de colaboração

2.1 As matérias devem ser enviadas para o endereço eletrônico: revista@abin.gov.br, via Internet ou Intranet Abin, acompanhadas da Ficha de Identificação do Autor (Anexo I)¹ preenchida.

2.2 Solicita-se Declaração de Responsabilidade (de conformidade com o Anexo II)², que, após preenchida e assinada, deve ser encaminhada para o seguinte endereço:

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência
SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco K
Brasília – DF – Brasil
CEP: 70.610-905.

2.3 Textos para apreciação devem consistir de no máximo 10 laudas e estar acompanhados de resumo informativo de até cinco linhas, ambos redigidos no formato Word (ver item 5).

2.4 Textos nos idiomas inglês e espanhol também serão aceitos.

3 Procedimentos da Comissão Editorial

3.1 A seleção de artigos e a definição quanto à conveniência e à oportunidade de publicação competem à Comissão Editorial da Revista.

3.2 Durante o processo de avaliação, a Comissão Editorial assegura o anonimato dos autores e dos avaliadores, permitindo a estes últimos liberdade para julgamentos e avaliações.

^{1 e 2} Solicitar os anexos pelo e-mail: revista@abin.gov.br

3.3 Em sua avaliação, a Comissão considerará aspectos éticos e relativos a conteúdo e apresentação da matéria. Ela poderá: aceitar integralmente o trabalho (sem necessidade de reparos de conteúdo); aceitá-lo em parte, propondo alterações, correções ou complementação no conteúdo; ou recusá-lo.

3.4 Correção gramatical do trabalho poderá ser feita independentemente de consulta ao autor.

3.5 Os trabalhos selecionados pela Comissão Editorial serão enviados para aprovação do Conselho Editorial da Abin, que poderá fazer uso de consultores ad hoc, a seu critério.

3.6 Os autores serão notificados da aceitação parcial ou total ou da recusa de sua contribuição.

4 Outras informações

4.1 As matérias, mesmo que não publicadas, não serão devolvidas aos autores.

4.2 A Revista não remunera pelas colaborações.

4.3 Cada autor receberá dois exemplares do número da revista em que sua matéria for publicada.

4.4 Todos os direitos sobre a Revista são reservados e protegidos pela lei de direitos autorais.

4.5 A publicação de matérias na Revista condiciona-se à assinatura, pelo autor ou responsável, de Termo de Cessão dos Direitos Autorais à Abin (Anexo III)³.

³ Solicitar o anexo pelo e-mail: revista@abin.gov.br

4.6 A publicação, em outros meios de comunicação ou obras literárias, de artigos da Revista, bem como de partes de textos que excedam 500 palavras e de tabelas, figuras, desenhos ou ilustrações, está condicionada à autorização expressa da Abin.

4.7 A reprodução total ou parcial de artigos da revista é permitida, desde que citada a fonte.

4.8 A citação dos artigos, em outras obras ou qualquer outro meio de comunicação, é permitida desde que citada a fonte.

4.9 Artigos enviados à Revista que contiverem partes extraídas de outras publicações deverão obedecer às normas relativas a direitos autorais, para garantir a originalidade do trabalho.

4.10 Recomenda-se evitar reprodução de figuras, tabelas, desenhos ou ilustrações copiados de outras publicações. Caso não seja possível, é necessário citar a fonte do trabalho original.

5 Forma de apresentação dos textos

5.1 Os trabalhos deverão seguir os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os quais, durante a editoração, serão adaptados ao projeto e formato editorial da Revista.

5.2 Formatação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Formato do papel	A4 (210 mm x 297 mm)
Fonte	Arial
Tamanho	Título e subtítulo: 14, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda
	Título das subdivisões: 12, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda
	Texto: 12 Nota de rodapé e citação bibliográfica: 10
Estilo	Normal
Margem	Superior: 2,0 cm
	Inferior: 2,0 cm
	Direita: 2,0 cm
	Esquerda: 2,5 cm
Espaçamento	De 1,5 entre linhas; espaço simples nos textos de citação.
Parágrafo	Recuo de 2 cm.
Abreviatura	<p>Ao ser inserida no texto pela primeira vez, deverá estar entre parênteses e precedida de seu significado por extenso.</p> <p>Quando for composta de mais de três letras e pronunciada como palavra (acrônimo), apenas a inicial deverá ser maiúscula.</p> <p><u>Exemplos:</u></p> <p>Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);</p> <p>Agência Brasileira de Inteligência (Abin).</p>
Palavra estrangeira	<p>Grafar em itálico.</p> <p>Nomes de agências, entidade e organismos devem ser traduzidos ou adaptados para o português (em fonte normal), seguidos da sigla original, entre parênteses.</p> <p><u>Exemplo:</u></p> <p><i>Agência Central de Inteligência (CIA).</i></p>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Referência bibliográfica	<p>Observar a <u>NBR 6023/2002 da ABNT</u> Apresentar referência completa em lista ao final do texto.</p> <p><u>Exemplos de referência:</u> GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz. Ijuí: Unijuí, 2004.</p> <p>LAFOUASSE, Fabien. L'espionage em droit international. In: Annuaire française de droit international. Paris: CNRS, 2001. v. 57, p. 63-136.</p> <p>BAKER, Christopher D. Tolerance of international espionage: a functional approach. Disponível em: <http://inteldump.powerblogs.com/files/espionage.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2005.</p> <p>BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.28.</p>
Citação	<p>Observar a <u>NBR 10520/2002 da ABNT</u> Citação é a menção, no texto, de informação extraída de outra fonte. Pode ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Citação direta</u> – transcrição textual literal de parte da obra do autor consultado. A citação no texto, se ocupar até 3 linhas, deve ser transcrita entre aspas duplas, incorporada ao parágrafo.; se ocupar mais de 3 linhas, deve ser apresentada em parágrafo isolado, com recuo de 4 cm, sem aspas, e letras tamanho 10. Incluir o sobrenome do autor, data, volume, página da fonte consultada. <p><u>Exemplos:</u> "A morte é a fronteira da liberdade. Ela não é o alvo da vida, mas o seu ponto final." (GIANNETTI, 2005, p.61)</p> <p>Paoli e Almeida (1996, p.190) chamam a atenção para a presença desses segmentos no espaço da cidade, a partir das soluções que encontram em sua ocupação.</p> <p style="padding-left: 40px;">[...] O próprio espaço urbano se redesenha: antigos bairros são reinventados em sua ocupação, as ruas se enchem de ambulantes, mendigos, vendedores itinerantes, pequenos golpistas, crianças de rua, todos com estratégias próprias de sobreviver que incluem um conhecimento sofisticado dos próprios recursos técnicos da cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Citação indireta ou livre</u> – O autor reproduz com suas próprias palavras o pensamento de, outrem, não necessitando de aspas. A citação de páginas é opcional. <p><u>Exemplos:</u> Tal é a visão política de Toni Negri (1993) ao considerar – como estratégia de novas realizações – o poder constituinte. Este processo é cíclico e deve ser realimentado constantemente (CHOO, 1998).</p>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
<p>Nota de rodapé</p>	<p><u>Observar a NBR 10520/2002 da ABNT</u></p> <p>Destina-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações, que não devem ser incluídas no texto, para não interromper a seqüência lógica da leitura.</p> <p>A nota deve aparecer na mesma página em que ocorre a chamada numérica no texto. A numeração deve ser única e consecutiva para cada capítulo ou parte. Ela deve ser separada do texto por um traço de 3 cm. Utilize letra tamanho 10.</p> <p>A nota de rodapé pode ser de referência ou explicativa. Pode ser usada para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicar a fonte de uma citação, ou seja, uma obra da qual se extraiu uma frase, ou da qual se utilizou uma idéia ou informação; • Fornecer a tradução de uma citação ou sua versão original; • Fazer observações e comentários adicionais; • Indicar trabalhos apresentados em eventos, mas não publicados; • Indicar dados obtidos por meio de contatos informais. <p>A primeira nota de referência deve ser na íntegra. As subseqüentes citações da mesma obra podem ser referenciadas de forma abreviada, utilizando as expressões: idem (mesmo autor), ibidem (na mesma obra), apud (citado por) e outros</p>